



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB
CAMPUS III – GUARABIRA
CENTRO DE HUMANIDADES
CURSO DE HISTÓRIA**

EMANUELSON MATIAS DE LIMA

**“QUEM SÃO VOCÊS? O POVO UNIDO OUTRA VEZ!”:
O GRITO DOS EXCLUÍDOS EM SANTA RITA-PB (2002 A 2004)**

**GUARABIRA-PB
2015**

EMANUELSON MATIAS DE LIMA

**“QUEM SÃO VOCÊS? O POVO UNIDO OUTRA VEZ!”:
O GRITO DOS EXCLUÍDOS EM SANTA RITA-PB (2002 A 2004)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Graduação em História da
Universidade Estadual da Paraíba, em
cumprimento à exigência para obtenção do
título de Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Fagundes de
Paiva Neto.

**GUARABIRA-PB
2015**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DE
GUARABIRA/UEPB

L147e Lima, Emanuelson Matias de

– Quem são vocês? O povo unido outra vez!: O Grito dos Excluídos em Santa Rita-PB (2002 a 2004) / Emanuelson Matias de Lima. – Guarabira: UEPB, 2015.

64 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) Universidade Estadual da Paraíba.

Orientação Prof. Francisco Fagundes de Paiva Neto.

1. Grito dos Excluídos. 2. Movimentos Sociais. 3. Igreja Católica. 4. Santa Rita. I. Título.

22.ed. CDD 306

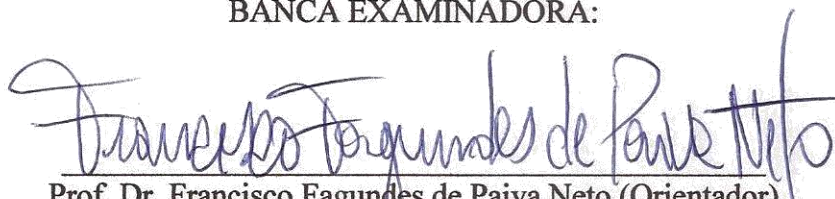
EMANUELSON MATIAS DE LIMA

**“QUEM SÃO VOCÊS? O POVO UNIDO OUTRA VEZ!”: O GRITO DOS
EXCLUÍDOS EM SANTA RITA-PB (2002 A 2004)**

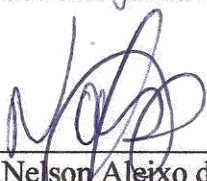
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Graduação em História da
Universidade Estadual da Paraíba, em
cumprimento à exigência para obtenção do
título de Licenciado em História.

Aprovado em: 17 / 06 / 2015.

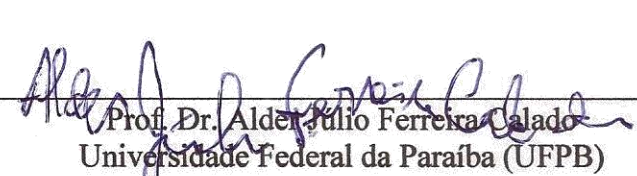
BANCA EXAMINADORA:

 10,0 (DEZ)

Prof. Dr. Francisco Fagundes de Paiva Neto (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

 10,0 (DEZ)

Prof. Dr. Nelson Aleixo da Silva Júnior
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

 10 (dez)

Prof. Dr. Alder Jullio Ferreira Calado
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

A todos os lutadores e lutadoras pela causa da Justiça,
DEDICO.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela inspiração primeira.

A Ceiça, minha mãe, a Manuel, meu pai, a Lela, minha irmã, e a Marcelo, meu irmão, pelo companheirismo necessário, pela educação recebida e pelo sustento familiar.

A Gleice, meu amor, pela cumplicidade.

Aos meus sobrinhos Dudu, Higor e Daniel, por me fazerem rir muito.

Aos meus professores e professoras do ensino infantil, fundamental e médio, em especial os de História, por me fazerem trilhar neste caminho.

Aos companheiros e companheiras de caminhada das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), por me fazerem compreender que a fé e a vida são irmãs siamesas.

Aos irmãos e irmãs da Juventude Franciscana (JUFRA) e da Ordem Franciscana Secular (OFS), por me reforçarem a esperança.

Ao padre Josenildo Francisco de Lima, por o que representou e representa na minha vida e na vida de tantas pessoas, nos ensinando a “ser gente”.

Aos companheiros e companheiras dos movimentos sociais e populares, de modo especial aos trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra do extinto Acampamento Nêgo Fuba, do MST, por me iniciarem na arte de lecionar.

Aos queridos companheiros (*in memoriam*) padre José Comblin, Heliton Santana e Ricardo Brindeiro, trindade humana de amor, por serem referenciais em minha prática.

Aos professores Francisco Fagundes, Nelson Júnior e Alder Júlio, pela orientação, motivação, acompanhamento, avaliação e disponibilidade.

A professora Marisa Tayra (*in memoriam*), por o que contribuiu com a UEPB e, para mim, me motivando a concluir este Curso.

Aos motoristas entre Santa Rita e Guarabira, por solidariedade em dezenas de caronas.

Ao padre Jurandyr Araújo, da Pastoral Afro-Brasileira, e a Ana Carolina Miranda, da JUFRA, pelo auxílio na tradução.

A você que lê este trabalho, pela atenção, obrigado.

“Viva a luta! Viva! Nossa união! Viva! Quem são vocês? O povo unido outra vez! Não escutei! O povo unido outra vez! Mais uma vez! O povo unido outra vez! Raaaaai!”

(Ricardo Brindeiro – in memoriam)

RESUMO

A manifestação do Grito dos Excluídos é uma expressão da convergência de pautas comuns das lutas populares organizadas por diversos movimentos sociais do Brasil. Realizado no município de Santa Rita-PB desde 2002, por iniciativa da Igreja Católica, seus atos reivindicatórios pautaram a sociedade civil e os órgãos públicos municipais. Este artigo visa registrar a experiência de lideranças locais na promoção do Grito dos Excluídos de Santa Rita-PB e o papel social desta manifestação nos anos de 2002 a 2004, identificando as motivações para a realização destes atos públicos e os autores envolvidos, analisar a construção da metodologia utilizada e refletir a mobilização e o impacto na sociedade santaritense. Estrutura-se em quatro partes, a saber: na primeira parte aborda-se o histórico do Grito no Brasil, citando o processo que deu origem à manifestação nacional. Na segunda parte, situa o contexto eclesial da Arquidiocese da Paraíba, e o compromisso sócio-político desta. Num terceiro momento analisa-se a Paróquia de Santa Rita e seu envolvimento em lutas populares no município, do qual advém a quarta parte, bem específica, sobre o Grito dos Excluídos em Santa Rita propriamente dito. A metodologia adotada baseia-se em pesquisas bibliográficas e na análise de documentos oficiais da Paróquia de Santa Rita, das publicações da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e da Arquidiocese da Paraíba. Ademais, analisamos registros de fatos históricos e abordagem de aspectos empíricos. Os resultados mostram o protagonismo quase que exclusivo da Igreja Católica, principalmente da Paróquia de Santa Rita, e suas organizações, desde a elaboração até a avaliação do Grito dos Excluídos, embora ao longo dos anos outras Paróquias e entidades da sociedade civil se incorporaram à organização da manifestação, contribuindo para a ação sócio-política de grupos sociais desfavorecidos economicamente.

Palavras-chave: Grito dos Excluídos; Movimentos Sociais; Igreja Católica; Santa Rita.

ABSTRACT

The manifestation of the Cry of the Excluded is an expression of the convergence of common staves in popular struggles organized by several social movements from Brazil. Held in Santa Rita/PB since 2002, on the initiative of the Catholic Church, its claiming acts guided the civil society and the municipal governmental agencies. This article aims at registering the experience of local leaders in the promotion of the Cry of the Excluded in Santa Rita-PB and the social role of this demonstration from the year 2002 to 2004, identifying the motivations for holding these public acts and the authors involved, analyzing the construction of the methodology used and the mobilization and impact in the local society. It is divided into four parts: the first one discusses the history and background of the Cry of the Excluded, mentioning the process that gave rise to the national manifestation. In the second, the Church context of Paraiba Archdiocese is analyzed, as its social and political commitment. In the third moment, Santa Rita Parish is studied as well as its involvement in popular struggles in the city, which derive the fourth part, very specific, about the Cry of the Excluded in Santa Rita itself. The methodology used is based on bibliographical research and analyses of official documents from Santa Rita Parish, publications from the National Conference of Bishops of Brazil and Paraiba Archdiocese. Furthermore, we analyze historical facts registrations and the approach of empiric aspects. The results show the almost exclusive prominence of the Catholic Church, mainly Santa Rita Parish, and its organizations, from the formulation to the evaluation of the Cry of the Excluded, although over the years other parish and civil society entities embodied the organization of the manifestation, contributing for the socio-political action of social groups economically disadvantaged.

Key Words: Cry of the Excluded; Social Movements; Catholic Church; Santa Rita.

RESUMEN

La manifestación del Grito de los Excluidos es una expresión de la convergencia de los aranceles comunes de las luchas populares organizadas por diversos movimientos sociales en Brasil. Llevó a cabo en el municipio de Santa Rita-PB desde el año 2002, por iniciativa de la Iglesia Católica, sus acciones reivindicatorias guiada por la sociedad civil y los organismos públicos municipales. Este artículo se pretende registrar la experiencia de los líderes locales en la promoción del Grito de los Excluidos de Santa Rita-PB y la función social de esta manifestación en los años 2002 a 2004, identificando las motivaciones para la consecución de estos actos públicos y los autores involucrados, analizando la construcción de la metodología utilizada y reflejar la movilización y el impacto en la sociedad santa-ritense. Está estructurado en cuatro partes, a saber: la primera parte aborda la historia de los Gritos en Brasil, citando el proceso que dio origen a la manifestación nacional. En la segunda parte, el contexto eclesial de la Arquidiócesis de Paraíba y el compromiso sociopolítico de esta. Por tercera vez la Parroquia de Santa Rita y su participación en las luchas populares en el municipio, de que viene la cuarta parte, muy específica, el Grito de los Excluidos en Santa Rita sí mismo. La metodología adoptada se basa en la investigación bibliográfica y el análisis de los documentos oficiales de la Parroquia de Santa Rita, publicaciones de la Conferencia Nacional de Obispos de Brasil y de la Arquidiócesis de Paraíba. Además, repasamos expedientes de hechos históricos y enfoque de los aspectos empíricos. Los resultados muestran el papel casi exclusivo de la Iglesia Católica, principalmente desde la Parroquia de Santa Rita y sus organizaciones, desde la preparación hasta la evaluación del Grito de los Excluidos, aunque en los años otras parroquias y entidades de la sociedad civil se unió a la organización del evento, contribuyendo a la acción sociopolítica de los grupos sociales económicamente desfavorecidos.

Palabras clave: Grito de los Excluidos. Movimientos Sociales. Iglesia Católica. Santa Rita.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Cartaz da Campanha da Fraternidade de 1995.....	21
Figura 2 – Inauguração do Comitê 9840 Municipal contra a Corrupção Eleitoral, em 2002 ..	30
Figura 3 – Inauguração do Comitê 9840 Municipal contra a Corrupção Eleitoral, em 2002 ..	30
Figura 4 – Cartaz do Plebiscito Nacional sobre a ALCA.....	32
Figura 5 – Cartaz da Campanha da Fraternidade de 2003.....	34
Figura 6 – Manifestação sobre o transporte em Santa Rita, em 2005	36
Figura 7 – Manifestação sobre o transporte em Santa Rita, em 2005	36
Figura 8 – Criatividade e irreverência na manifestação do Grito, em 2002.....	39
Figura 9 – Criatividade e irreverência na manifestação do Grito, em 2004.....	39
Figura 10 – 1º Grito, 2002, na concentração	41
Figura 11 – 1º Grito, 2002, no ato em frente ao Palanque do Desfile Cívico	41
Figura 12 – Cartaz do Grito dos Excluídos 2002	43
Figura 13 – Bloco “O Brasil que temos”, no 1º Grito, em 2002	44
Figura 14 – Bloco “O Brasil que temos”, no 1º Grito, em 2002	44
Figura 15 – Padres e religiosos presentes no 1º Grito, em 2002	45
Figura 16 – Padres e religiosos presentes no 1º Grito, em 2002	45
Figura 17 – Pessoas idosas presentes no 1º Grito, em 2002.....	46
Figura 18 – Pessoas idosas presentes no 1º Grito, em 2002.....	46
Figura 19 – Ato de encerramento do 1º Grito, em 2002.....	47
Figura 20 – Ato de encerramento do 1º Grito, em 2002.....	47
Figura 21 – Cartaz do Grito dos Excluídos de 2003	48
Figura 22 – Intervenção artística sobre a negação do direito dos idosos, no Grito em 2003 ...	49
Figura 23 – Manifestação do 2º Grito, em 2003.....	50
Figura 24 – Manifestação do 2º Grito, em 2003.....	50
Figura 25 – Cartaz do Grito dos Excluídos de 2004	51
Figura 26 – Grupos de jovens do Alto das Populares, à frente do 3º Grito, em 2004.....	52
Figura 27 – Grupos de jovens do Alto das Populares, à frente do 3º Grito, em 2004.....	52
Figura 28 – Integrantes das Comunidades participam do 3º Grito, em 2004.....	54
Figura 29 – Integrantes das Comunidades participam do 3º Grito, em 2004.....	54
Figura 30 – Crianças participando da manifestação do 3º Grito, em 2004	55
Figura 31 – Crianças participando da manifestação do 3º Grito, em 2004	55

Figura 32 – Bispos retiram gado que comia a plantação dos posseiros em Alagamar, em 1980.....	56
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Demografia em alguns municípios da Grande João Pessoa 1980 – 2010	26
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
ÁRVORE	Associação de Animadores Reunidos pelas Comunidades
CDDH	Centro de Defesa dos Direitos Humanos
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CERIS	Centro de Estatística Religiosa e Investigação Social
CF	Campanha da Fraternidade
CMP	Central de Movimentos Populares
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPJ	Conselho Paroquial da Juventude
CPP	Conselho Paroquial de Pastoral
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
ETN	Escola Técnica Normal
EUA	Estados Unidos da América
FHC	Fernando Henrique Cardoso
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
IBRADES	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MCCE	Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OESP	O Estado de São Paulo
PB	Paraíba
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PO	Pastoral Operária
PT	Partido dos Trabalhadores
SSB	Semana Social Brasileira

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	16
2.	O GRITO DOS EXCLUÍDOS NO BRASIL	18
2.1	A 2ª Semana Social Brasileira (1992/1994)	19
2.2	A Campanha da Fraternidade de 1995	20
3.	A ARQUIDIOCESE DA PARAÍBA E O COMPROMISSO SÓCIO POLÍTICO	22
3.1	O Grito dos Excluídos em João Pessoa e a participação santa-ritense	23
3.2	Manifestações do Grito em outras cidades da Arquidiocese.....	27
4.	A PARÓQUIA DE SANTA RITA E AS LUTAS POPULARES.....	28
4.1	O Comitê 9840 contra a corrupção eleitoral e a Campanha contra a ALCA	30
4.2	Os direitos da pessoa idosa e a luta dos transportes	33
4.3	A problemática do tráfico de drogas e da violência	36
5.	O GRITO DOS EXCLUÍDOS EM SANTA RITA	38
5.1	O processo de preparação	39
5.2	A manifestação de 07 de setembro.....	41
5.2.1	Cidadania não se negocia! (2002)	42
5.2.2	Deixe o idoso passar! (2003)	48
5.2.3	Drogas e violência: Santa Rita na urgência! (2004)	51
5.3	O processo de avaliação	57
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
	REFERÊNCIAS	59

1. INTRODUÇÃO

Na história recente do Brasil, desde o processo de redemocratização (1985), uma diversidade de movimentos sociais e populares apresentou-se no espaço público demarcando posições políticas ante o Estado, sendo os mais significativos naquele período as mobilizações pelas Diretas Já (1983-1984), o Fora Collor (1992) e as inúmeras ocupações, passeatas e atividades pela Reforma Agrária, encampadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Nesse mesmo caminho, surgiu em nível nacional o “Grito dos Excluídos”, a partir da ação pastoral da Igreja Católica no âmbito do Setor Social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, no ano de 1995. O Grito nascia buscando realizar-se como uma expressão convergente de pautas comuns perante a diversidade de lutas sociais e populares que eclodiram ao longo dos anos 1990.

No estado da Paraíba, a manifestação do Grito também passou a ser realizada no mesmo período, no município de João Pessoa, a partir do protagonismo de agentes da Arquidiocese da Paraíba e suas Comunidades Eclesiais de Base, Paróquias e Pastorais Sociais, evidentemente devido ao engajamento desta Arquidiocese e de seus agentes nas lutas populares urbanas e rurais desde os anos 1960. Destas manifestações, participavam assiduamente também as Comunidades e lideranças da Paróquia de Santa Rita, do município de Santa Rita. Com o passar dos anos, vários outros municípios, atentos à sua realidade local, passaram a realizar também um Grito “municipal”, como exemplo, as cidades de Bayeux, Sapé e Santa Rita. Neste trabalho, buscaremos registrar e analisar as ações desenvolvidas nas três primeiras edições do Grito dos Excluídos em Santa Rita, nos anos de 2002, 2003 e 2004.

Tendo estes antecedentes como pano de fundo temático, o principal objetivo deste trabalho é o de registrar a experiência vivenciada por lideranças locais na promoção do Grito dos Excluídos de Santa Rita-PB e a importância política desta manifestação nos referidos anos, identificando as motivações para a realização destes atos públicos e os autores envolvidos nestes. Através da análise das metodologias utilizadas no processo do Grito em Santa Rita, desde o planejamento, à execução e à avaliação, busca refletir a importância desta mobilização social e o seu impacto político na sociedade santa-ritense.

Algumas características específicas do Grito em Santa Rita enriquecem a importância deste trabalho, das quais as principais são: na História do município santa-ritense é ausente a realização de algum outro movimento sócio político que congregasse tamanha diversidade de pautas como o Grito. Destacamos esses aspectos porque, embora já houvessem ocorrido

manifestações públicas no município, estas eram específicas e não gerais como o Grito; e a ausência de produção historiográfica que registre essa experiência do Grito em Santa Rita, limitada apenas aos escritos do Livro de Tombo da Paróquia de Santa Rita registrados pelo Administrador Paroquial à época, padre Josenildo Francisco de Lima. Tais características relacionadas ao tema desta pesquisa a tornam relevante devido à inovação temática e de abordagem junto à comunidade acadêmica paraibana e santa-ritense.

O referido trabalho iniciou-se com um levantamento historiográfico de registros sobre o tema central “Grito dos Excluídos em Santa Rita”, que resultou na pesquisa junto à Paróquia de Santa Rita aos seus documentos oficiais: o Livro de Tombo e o Livro de Atas do Conselho Paroquial de Pastoral, sendo estes os únicos materiais escritos sobre o Grito em Santa Rita. Prosseguiu-se com a pesquisa documental referente aos temas transversais e antecedentes, como: os materiais da CNBB sobre a 2ª Semana Social Brasileira (1992/1994) e a Campanha da Fraternidade de 1995; alguns trabalhos acadêmicos e edições do boletim informativo “Caminhando Juntos” sobre a prática pastoral social da Arquidiocese da Paraíba, em especial na realização do Grito em João Pessoa; levantamento documental sobre a visão e prática sociais e políticas da Paróquia de Santa Rita, de suas Comunidades, padres e lideranças; e o recolhimento de fotografias das atividades abordadas pela pesquisa.

Portanto, as principais fontes utilizadas advêm de alguns dos agentes que organizaram o Grito dos Excluídos, em especial a consulta aos documentos escritos e localizados na Secretaria da Paróquia de Santa Rita (Livro de Tombo e Ata do Conselho Paroquial de Pastoral), aos cadernos de anotações pessoais e às fotografias do arquivo pessoal do padre Josenildo, que promoveu e acompanhou as três edições do Grito abordadas pela pesquisa. Destas fontes, recebem destaque os registros fotográficos, pois o papel da fotografia é o de “‘conservar o traço do passado ou auxiliar as ciências em seu esforço para uma melhor apresentação da realidade do mundo.’ (DUBOIS, 2009, p. 30). Outrossim é necessário advertir que o uso da fotografia como fonte histórica não dispensa o emprego de metodologias capazes de extrair informações corretas de sua imagem, mesmo que seja uma sequência fotográfica.” (OLIVEIRA; BITTENCOURT JUNIOR, 2013, p. 03)

Estes documentos, escritos e fotográficos, foram utilizados como fontes primárias por tratarem diretamente da temática da pesquisa, por estarem em bom estado de conservação e fácil disponibilidade e por serem os únicos documentos produzidos no período da realização do Grito. Tais fontes, ao mesmo tempo em que são utilizadas no desdobramento da pesquisa, objetivando a exposição mais tangível da realidade abordada, também são analisadas por serem meios para o desenvolvimento da garantia da memória histórica.

Com essa relevante quantidade de materiais pesquisados em mãos, e já iniciada a escrita propriamente dita, sucedeu-se o aprofundamento teórico através da análise dos documentos e do próprio tema da pesquisa, no diálogo com as perspectivas de autores e autoras que abordassem a temática dos movimentos sociais e populares urbanos, da participação da Igreja nestes e de conceitos na perspectiva gramsciana, como hegemonia, intelectuais tradicionais e orgânicos, sociedades civil e política, estrutura e superestrutura. Buscaram-se como referências para este diálogo alguns autores mais e menos conhecidos, como: Comblin (1987 e 2002), Bobbio (1982), Doimo (1983), Gadotti (1992), Vigil (1993), Casaldáliga (1993), Grande (1994), Altmann (1996), Lima (2002), Ribeiro (2003), Teixeira (2005), Barros (2007), Andrade (2007), Santos (2009), Cabral (2009), Monasta (2010), Silva (2011), Pereira (2012), Souza (2014), Silva (2014), Neves (2014) e Félix (2014).

As quatro partes da pesquisa estão estruturadas para facilitar as futuras leituras e pesquisas acadêmicas e populares e possibilitar o interesse por novas produções historiográficas, portanto procuraram-se títulos que evidenciassem o assunto abordado em cada um dos capítulos, a saber: a primeira parte aborda-se o histórico do Grito dos Excluídos no Brasil, citando os dois processos que deram origem à manifestação nacional, ou seja, a 2ª Semana Social Brasileira e a Campanha da Fraternidade de 1995; A segunda parte situa o contexto eclesial da Arquidiocese da Paraíba, seu compromisso sócio político, a realização do Grito em João Pessoa, a participação santa-ritense neste e a ampliação do Grito para outros municípios; Num terceiro momento analisa-se a Paróquia de Santa Rita e seu envolvimento em lutas populares no município, como a promoção do Comitê 9840 contra a corrupção eleitoral e a Campanha contra a ALCA (2002), a abordagem aos direitos da pessoa idosa e a luta dos transportes (2003) e a problemática do tráfico de drogas e da violência (2004); a quarta parte advém das outras, sendo especificamente sobre o Grito dos Excluídos em Santa Rita propriamente dito.

2. O GRITO DOS EXCLUÍDOS NO BRASIL

O Grito dos Excluídos¹ é um conjunto de atividades descentralizadas realizadas desde o ano de 1995, entre os dias 01 e 07 de setembro, na Semana da Pátria, em todos os estados e em grande parte dos municípios do Brasil. As atividades são as mais diversas, sendo as mais

¹ A partir de 2005, o Grito dos Excluídos – ou simplesmente “O Grito” – passou a chamar-se “Grito dos/as Excluídos/as”, com a inclusão da reflexão das questões de gênero no nome da atividade. Neste artigo, porém, não utilizaremos o termo atual, por abordar apenas os anos de 2002 a 2004.

comuns passeatas, celebrações católicas e/ou inter-religiosas, encontros de reflexão, apresentações teatrais e musicais, intervenções artísticas, etc. A data da realização destas atividades, a Semana da Pátria, torna-se um contraponto à memória histórica associada à Independência política do Brasil e ao chamado “*Grito do Ipiranga*”, que teria sido dado pelo imperador Dom Pedro I considerado proclamador da Independência do Brasil. O eixo central destas manifestações é a soberania nacional, associada ao simbolismo da Semana da Pátria, como relata uma das mensagens da Secretaria Nacional, afirmando que o Grito:

[...] se propõe a superar um patriotismo passivo em vista de uma cidadania ativa e de participação, colaborando na construção de uma nova sociedade, justa, solidária, plural e fraterna. O Dia da Pátria, [...] vai se tornando também em um dia de consciência política de luta por uma nova ordem nacional e mundial. É um dia de sair às ruas, comemorar, refletir, reivindicar e lutar. (SECRETARIA NACIONAL DO GRITO DOS EXCLUÍDOS, 2014).

Esta perspectiva abordada pelo Grito tem seu nascedouro advindo de dois processos simultâneos da década de 1990, e seus agentes são na maior parte ligados à Igreja Católica, através de suas Dioceses, Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), as Pastorais Sociais, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Pastoral Operária (PO), e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) com seu Setor Pastoral Social, e à parceria e participação de movimentos sociais e populares, do campo e da cidade, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Central dos Movimentos Populares (CMP).

2.1 A 2ª Semana Social Brasileira (1992/1994)

O primeiro destes processos, realizado entre os anos de 1992 e 1994, foi a 2ª Semana Social Brasileira (SSB), com o tema “*Brasil – Alternativas e Protagonistas*”, que popularmente foi debatido com a expressão: “*O Brasil que temos*” e “*o Brasil que queremos*”, envolvendo centenas de agentes e lideranças, culminando com um Encontro Nacional, em Luziânia, Goiás, de 24 a 29 de julho de 1994, precedido de encontros regionais em 1993, chegando à seguinte fórmula: “[...] *o Brasil que queremos deve ser economicamente justo, politicamente democrático, socialmente equitativo e solidário e culturalmente plural.*” (CNBB, 2004, p. 11).

O processo de nascedouro do Grito dos Excluídos em nível nacional está registrado no livro “*O Grito dos Excluídos*”, publicado pelo Setor Pastoral Social-CNBB, um ano após a realização do primeiro Grito, como consta que:

No final de 1994, quando da reunião de avaliação do trabalho das pastorais sociais e planejamento para 1995, surgiu a idéia de se organizar o Grito dos Excluídos. A coordenação do mesmo ficou a cargo do Setor Pastoral Social, juntamente com algumas das pastorais. Entretanto, todas elas participaram do projeto, assim como os três organismos que fazem parte do Setor: Pastoral da Saúde, Comissão de Pastoral Operária, Serviço Pastoral dos Migrantes, Pastoral da Criança, Pastoral do Menor, Serviço da Mulher Marginalizada, Pastoral dos Nômades, Pastoral dos Pescadores, Pastoral Carcerária, Comissão Pastoral da Terra, Cáritas, CERIS e IBRADES. (BASSEGIO; CAMARGO; SETOR PASTORAL SOCIAL, 1996, p. 12).

Este relato, portanto, afirma que foi a estrutura oficial da Igreja Católica no Brasil, através das Pastorais Sociais e outros organismos, que criou, articulou e organizou o Grito para ser um espaço de ressonância das pautas defendidas por estas mesmas pastorais em seus trabalhos de base junto às comunidades de periferias rurais e urbanas.

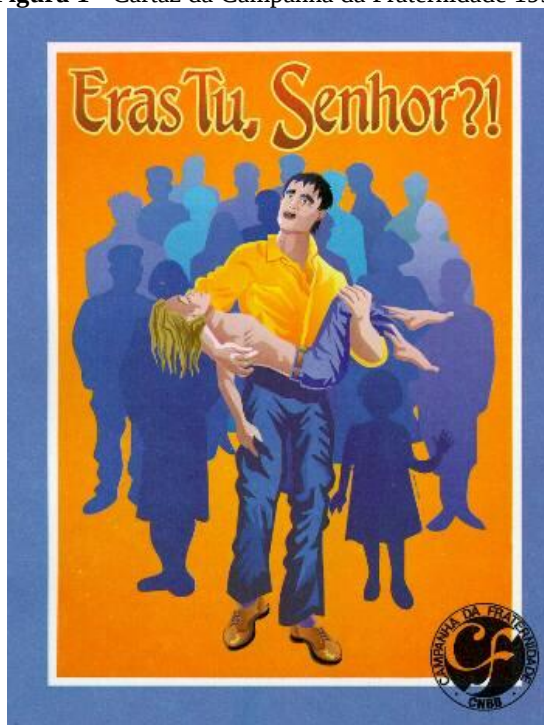
2.2 A Campanha da Fraternidade de 1995

O segundo processo foi a Campanha da Fraternidade (CF) de 1995, com o tema: “*A Fraternidade e os Excluídos*” e o lema: “*Eras Tu, Senhor?!*”, abrangendo um conjunto de realidades já refletidas em anos anteriores a 1995, como:

- a) o mundo do trabalho, em 1978 e 1991;
- b) o migrante, em 1980;
- c) a saúde, em 1981;
- d) a educação, em 1982;
- e) a violência, em 1983;
- f) o direito à vida, em 1984, ao alimento, em 1985, e à terra, em 1986;
- g) o menor abandonado, em 1987;
- h) o negro, em 1988;
- i) a comunicação, em 1989;
- j) a mulher, em 1990;
- k) o jovem, em 1992;
- l) a moradia, em 1993;
- m) a família (1994).

E outras realidades, até então, ainda não contempladas em uma Campanha da Fraternidade específica: os moradores de rua, os idosos, os encarcerados, os prostituídos, os doentes, os portadores do vírus HIV (Vírus da Imunodeficiência Humana), os deficientes, os alcoolizados, os drogados, os desempregados e as massas sobrantes. Realizada no período da Quaresma, no primeiro semestre de 1995, a Campanha serviu na prática como preparação e maior motivação para o 1º Grito dos Excluídos, em setembro, demonstrando um papel mais ativo e engajado de luta popular que o momento prioritariamente reflexivo da Campanha da Fraternidade.

Figura 1 - Cartaz da Campanha da Fraternidade 1995



Disponível em: http://www.marcelinas.com.br/UserFiles/belo_horizonte/cf95.jpeg
Acesso em: 29 out. 2014

No decorrer dessas atividades, os agentes envolvidos realizavam constantes avaliações do processo de planejamento e execução das mesmas, procurando métodos adequados para garantir o impacto sócio político previsto e a necessária continuidade do trabalho realizado. As avaliações eram enriquecidas com análises de conjuntura coordenadas por estudiosos e especialistas que apresentavam aspectos da realidade social, política, cultural, etc. Do encontro entre a análise conjuntural e a atuação dos agentes de pastoral social, reconhecida pela Coordenação Nacional do Grito, é que:

[...] podemos afirmar que a iniciativa não é propriamente criada, mas descoberta, uma vez que os agentes e lideranças apenas abrem um canal para que o Grito

sufocado venha a público. A bem dizer o Grito brota do chão e encontra em seus organizadores suficiente sensibilidade para dar-lhe forma e visibilidade. (GONÇALVES; COORDENAÇÃO NACIONAL GRITO DOS EXCLUÍDOS; VIEIRA, 2004, p. 12).

Esta forma e visibilidade dadas pelo Grito às realidades vividas pelas populações periféricas dos mais longínquos rincões que receberam reconhecimento nacional foram devido a ambas as iniciativas, da 2ª Semana Social Brasileira e da Campanha da Fraternidade, terem conseguido envolver quase todas as Dioceses do país, com diversos tipos de atividades e uma grande rede de lideranças atuando de forma articulada.

O Grito, portanto, se insere no âmbito dos movimentos populares surgidos após a irrupção dos chamados “movimentos sociais urbanos” dos anos 1970 – como as associações de moradores e lutas organizadas por local de moradia – e dos chamados “novos movimentos sociais” dos anos 1980 – como o racial, o feminista e o ambientalista. O Grito é, então, resultante da convergência de diferentes realidades de movimentos populares, agregando ainda os tradicionais sindicatos de trabalhadores. O termo “dos Excluídos” sinaliza essa junção, objetivando envolver a maior quantidade possível de pessoas e organizações “excluídas” do sistema capitalista.

Segundo DOIMO (1983, p. 11), referenciada em WANDERLEY (1980, p. 27), os movimentos populares são originados das contradições sociais as quais as classes populares são submetidas. Tais contradições seriam a justificativa para a realização do “Grito dos Excluídos”, sendo estas o ponto de partida para a elaboração das reivindicações.

3. A ARQUIDIOCESE DA PARAÍBA E O COMPROMISSO SÓCIO POLÍTICO

A Arquidiocese da Paraíba², com sede em João Pessoa, também atuou junto a estas iniciativas, pois as opções pastorais desta Diocese, desde a década de 1960, com a Equipe de Promoção Humana, e em seguida através do Centro de Defesa dos Direitos Humanos, criado em 1976, o 1º do país, sempre contemplaram o compromisso sócio político como elemento integrante de sua atuação evangelizadora, sobretudo junto aos pobres do campo e da cidade,

² Comumente se pensa que a Arquidiocese da Paraíba abrange todo o estado da Paraíba, porém ela contempla apenas alguns municípios das regiões do Litoral, Vale do Mamanguape, Várzea e Agreste da Paraíba, são eles: Alhandra, Baía da Traição, Bayeux, Caaporã, Cabedelo, Caldas Brandão, Capim, Conde, Cruz do Espírito Santo, Cuité de Mamanguape, Curral de Cima, Gurinhém, Ingá, Itabaiana, Itapororoca, Itatuba, Jacaraú, Juripiranga, João Pessoa, Lucena, Mamanguape, Marcação, Mataraca, Mogeiro, Pedras de Fogo, Pedro Régis, Pilar, Pitimbu, Riachão do Bacamarte, Riachão do Poço, Rio Tinto, Salgado de São Félix, Santa Rita, São José dos Ramos, São Miguel de Taipu, Sapé, Serra Redonda e Sobrado (ALMEIDA, 2013, p. 13). O nome da Arquidiocese – “da Paraíba” – porém, é devido ao antigo nome da capital paraibana, Parahyba, alterado para João Pessoa em 1930. A Igreja, porém, manteve o nome original: Arquidiocese da Paraíba, alterando apenas as letras “h” e “y”.

inclusive na assessoria e acompanhamento jurídico de suas lutas, como afirma Pereira (2012, p. 121), que:

A partir das resoluções do Concílio Vaticano II e de um bispo sintonizado com as novas problemáticas do homem moderno, surge na Paraíba o primeiro Centro de Defesa dos Direitos Humanos do país. O CDDH da Arquidiocese da Paraíba foi fundado em 21 de abril de 1976 tendo como objetivo inicial prestar assessoria jurídica junto a grupos religiosos, movimentos sociais e pessoas perseguidas por proprietários de terra ou pelo regime dos militares. Dom José revela que o nascimento do CDDH surgiu como resposta às problemáticas presentes e decorrentes de tensões no mundo agrário.

Este compromisso da Arquidiocese da Paraíba, com apoio e participação decisiva de seus bispos José Maria Pires (1966/1995) e Marcelo Pinto Carvalheira (1995/2004), perdurou por décadas. Em preparação para o 3º Milênio d.C., o documento das “Decisões da Assembleia da Arquidiocese da Paraíba”, de 1999, afirma que a Arquidiocese quer continuar:

Voltada para sua missão no mundo, **sempre a partir dos excluídos**, anunciando Jesus Cristo e a Boa-Nova através de seu testemunho, nos agrupamentos humanos – favela, cortiço, bairro, escola – e também na vida profissional e política, nas lutas do povo [...] (ARQUIDIOCESE DA PARAÍBA, 1999 apud PARÓQUIA DE SANTA RITA, 2002, p. 15).

Tal decisão influenciou no exercício das atividades das Paróquias, dos padres e lideranças leigas da Igreja, de forma especial nas atividades de mobilização sócio política para reivindicação do acesso aos direitos básicos e a projetos de melhoria socioeconômica da população.

3.1 O Grito dos Excluídos em João Pessoa e a participação santa-ritense

Desde a 1ª edição do Grito, em 1995, a Arquidiocese da Paraíba realizou o Grito dos Excluídos, sendo organizado pelas Pastorais Sociais e com a participação de milhares de pessoas das paróquias, CEBs, grande número de padres, freiras, e o próprio arcebispo Dom Marcelo Pinto Carvalheira, bem como representantes de Igrejas evangélicas e de outras religiões afros e indígenas.

A Paróquia de Santa Rita, localizada no município de Santa Rita na região da grande João Pessoa, sempre participou do Grito promovido pela Arquidiocese em João Pessoa, colaborando ativamente na organização, levando centenas de pessoas para participar da mobilização e assumindo tarefas, como cita o Informativo da Arquidiocese da Paraíba “Caminhando Juntos”, de agosto de 2000, que:

No dia 6 do próximo mês, véspera das comemorações do dia da Independência, a Igreja convida todas as suas forças vivas e a sociedade a participar do **Grito dos Excluídos**, cujo tema este ano é “Progresso e vida, pátria sem dívidas”. (...) A **1ª parada** será à altura das Lojas Esplanada (antiga Mesbla). Haverá aí uma falação de 10 minutos sobre o tema do primeiro bloco: “**O País de FHC**”, sob a responsabilidade da Paróquia de Santa Rita. (ARQUIDIOCESE DA PARAÍBA, 2000, p. 05, grifo do autor).

Como se observa no texto citado, a Paróquia de Santa Rita desempenhava tarefas importantes na realização do Grito dos Excluídos em João Pessoa, não só mobilizando pessoas para participarem do ato público, mas inclusive preparando e assumindo uma das paradas de reflexão, com uma temática importante, intitulada “O País de FHC”, fazendo uma breve análise de conjuntura nacional numa manifestação de rua, denunciando as situações de exclusão existentes no país.

A realidade socioeconômica caracterizava-se pela ampliação das políticas neoliberais, pelo processo de privatização das empresas estatais, pela crise econômica e política e pela acentuação dos graves problemas sociais. Alguns dados e análises dos anos 1990 demonstram as nítidas formas de exclusão que o Grito buscava trazer à tona. Como exemplo, no que se refere ao trabalho e emprego, os dados diziam que:

O Mapa do Mercado de Trabalho elaborado pelo IBGE constata que dos 64 milhões de brasileiros economicamente ativos, 31 milhões não têm cobertura previdenciária. Ou seja, vivem na economia informal. (CNBB, 1995, p. 30 apud FOLHA DE SÃO PAULO, 1994, pp. 1-4).

Estudo do IBGE mostra que o rendimento dos trabalhadores urbanos amargou perdas reais de até 31,7% entre 1979 e 1990. (ibid., p. 32 apud JORNAL DO BRASIL, 1993, p. 1).

Tais dados supracitados, revelam a lenta metamorfose do chamado “mercado de trabalho” brasileiro, durante os anos de 1990, na implantação gradual do neoliberalismo no Brasil. Neste momento, a quantidade de empregados formais cai sempre mais, transformando a realidade trabalhista, alterando a correlação de forças entre a classe trabalhadora e a dominante, tendo em vista a limitação do campo de atuação dos sindicatos, e as condições concretas para o desenvolvimento de lutas econômicas e políticas. No tocante à questão da renda e da sua distribuição, os dados relatavam que:

O Brasil ingressa na década de 90 com um contingente de 14,4 milhões de famílias (64,5 milhões de pessoas) em condições de pobreza (com rendimentos *per capita* igual ou inferior a meio salário mínimo), ou seja, com rendimentos insuficientes para atender às suas necessidades básicas, alimentares e não alimentares. Dessas famílias, 6,9 milhões de pessoas encontravam-se em situação de indigência (com rendimento *per capita* igual ou inferior a um quarto de salário mínimo), onde nem as necessidades alimentares eram atendidas. Isto significa que, em 1990, de cada 10

brasileiros, 4,4 eram pobres e destes, 2,3 indigentes. (ibid., p. 31 apud IPEA, 1992, p. 5).

O Brasil é um dos campeões em matéria de má distribuição de renda: em 1990, 1% da população usufruiu 14,6% da renda nacional, enquanto os 50% mais pobres tiveram que brigar para ter algum acesso a 11,2% do total da renda nacional. Os 20% mais ricos ganham 25 vezes mais que os 20% mais pobres. (ibid., p. 32 apud IPEA, 1992, p. 6).

Assim, além da crise do mercado de trabalho formal, conseqüentemente agravava-se também a situação da renda *per capita* das famílias, expulsas do campo para as periferias urbanas com o êxodo rural, amargando baixas perspectivas de futuro, sobretudo alguns itens relacionados às condições e qualidade de vida, como alimentação, saúde e educação, cujos dados afirmavam que:

Segundo o Relatório do Desenvolvimento Humano 1993, do Plano das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Brasil caiu do 50º para o 70º lugar na classificação mundial das condições de vida, baseada na combinação de índices como: analfabetismo, distribuição de renda e mortalidade infantil. (ibid., p. 32 apud OESP, 1993, p. 9).

De uma lista de 120 países analisados, o Banco Mundial classifica o Brasil em 74º lugar em termos de educação. (ibid., p. 32 apud OESP, 1993, p. 5).

Segundo o Banco Mundial, há 5 milhões de crianças mal-nutridas no Brasil, o equivalente a 25% da população infantil com menos de cinco anos. 45 milhões de crianças e adolescentes vivem no país em condições subumanas, 25 milhões vivem em situação de alto risco, 15 milhões sofrem de desnutrição crônica, 10 milhões são obrigados ao trabalho precoce, 7 milhões são portadores de deficiências físicas e mentais. (ibid., p. 23 apud FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 1992).

Esta realidade captada em dados era o mote principal dos questionamentos realizados pelos manifestantes do Grito dos Excluídos, tendo em vista que os principais temas da manifestação relacionavam-se às mais diversas formas de exclusão, sobretudo a social e econômica. Assim, formava-se campo concreto para se desenvolver a aliança “dos Excluídos” contra tais situações. Tal processo sequente de exclusão reflete nas “distorções urbanas”, formadas a partir das contradições sociais e políticas ao redor da expansão das principais áreas metropolitanas (CABRAL & SÁ, 2009, p. 212 apud MOISÉS, 1985, pp. 17-18).

Consequente, o município de João Pessoa, capital do estado da Paraíba, e os municípios circunvizinhos também foram afetados por esse processo, num acelerado ritmo de urbanização, o que prejudicou um planejamento ordenado do uso da terra, inclusive devido à ocupação de áreas inadequadas à habitação. Tal expansão urbana ocorreu juntamente com uma maior:

(...) concentração populacional e, conseqüentemente, uma maior demanda por serviços como abastecimento de água e saneamento básico. Grande parte dos novos condomínios residenciais no município tem se utilizado de abastecimento de água

por poços, visando uma redução nos custos para os condôminos. (RAFAEL; ARANHA; MENESES; SARAIVA, 2009, p. 825).

Tal expansão ao redor do município de João Pessoa, que alcançou *status* de Região Metropolitana através da Lei Complementar Nº 59, de 30 de Dezembro de 2003, aumentou a problemática das periferias em dois aspectos: Em infraestrutura (abastecimento de água, asfaltamento de ruas, saneamento de esgotos, iluminação, etc) e em mobilidade (sistema eficiente de transportes coletivos, pois os locais de trabalho e de moradia tornaram-se cada vez mais distantes um do outro). Concomitante, tal desenvolvimento urbano acarretou:

(...) necessidades (reais ou ilusórias) infinitamente maiores para o sistema educacional, em todos os níveis, pois a modernização econômica impôs expectativas novas à mão-de-obra e, ao mesmo tempo, uma ânsia de valorização (qualificação e especialização) para o conjunto da força de trabalho; de outra parte, ampliou consideravelmente a demanda por serviços de saúde (pronto-socorros, postos de saúde, maternidades, hospitais, etc.), pois a complexificação de vida urbana, com a intensidade e a rapidez de sua concentração, altas taxas de densidade, circulação rápida e veículos, trânsito, etc., e ao ritmo cada vez intenso do trabalho e da vida social, aumentou os acidentes de trabalho e de trânsito, as doenças nervosas, as epidemias e as enfermidades em geral. (CABRAL; SÁ, 2009, p. 212 apud MOISÉS, 1985, pp. 17-18).

Tais situações eram ainda mais graves nos municípios circunvizinhos à capital, a exemplo de Bayeux, Cabedelo, Conde e Santa Rita, aliadas ao crescimento populacional, cujos habitantes recorriam a João Pessoa à procura de emprego e serviços de saúde. Por isso, estes municípios passaram a ser chamados popularmente por “cidades dormitório”, devido a grande parte de seus cidadãos necessitarem da migração diária à capital, retornando a seus municípios apenas no horário noturno, sendo que diversas vezes retornam a seus domicílios sem obterem o que alçavam na capital.

Neste âmbito, Félix (2014) analisa um destes municípios da Região Metropolitana de João Pessoa, a cidade de Bayeux, descrevendo este processo de “migração pendular” cotidiana de uma típica “cidade dormitório”, ligado ao crescimento populacional destas localidades, constatado pelos censos demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010:

Tabela 1: Demografia em alguns municípios da Grande João Pessoa 1980 - 2010

Município	Anos			
	1980	1991	2000	2010
Bayeux	58.921	77.491	87.561	99.716
Cabedelo	18.973	29.052	42.832	57.944
Conde	6.379	10.391	16.413	21.400
João Pessoa	329.945	497.600	597.934	723.515
Santa Rita	68.227	94.413	115.844	120.310
TOTAL	482.444	708.947	860.584	1.022.885

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010.

Como se observa na tabela, o crescimento populacional se deu de forma vertiginosa nos municípios da Grande João Pessoa nas últimas décadas, o que contribuiu para o agravamento dos problemas sociais urbanos destas localidades (RAFAEL; ARANHA; MENESES; SARAIVA, 2009, p. 825).

3.2 Manifestações do Grito em outras cidades da Arquidiocese

Várias das Paróquias da Arquidiocese da Paraíba, participantes assíduas do Grito em João Pessoa, atentas às realidades sociais e políticas de seus municípios, passaram a realizar o Grito também em sua localidade, em dia diferente ao realizado em João Pessoa, garantindo a participação em ambas as atividades e a promoção das lutas locais e específicas de cada município. Como por exemplo, em 1999, em Bayeux, cidade vizinha a João Pessoa, relatado no Informativo da Arquidiocese da Paraíba “Caminhando Juntos” de outubro daquele ano, afirmando que no:

Sábado, dia 4 de setembro, às 15h, aconteceu em Bayeux o “Grito dos Excluídos”, organizado pela Paróquia, através da Cáritas paroquial e das Pastorais sociais, com a participação de outras entidades e organizações populares da cidade. (...) Na ocasião foi distribuída uma Carta à população e foi enviada uma Carta às autoridades, nas quais foram colocados os maiores problemas da cidade, com algumas propostas de solução. A participação das comunidades e da população foi muito positiva, com uma presença de quase quinhentas pessoas. (ARQUIDIOCESE DA PARAÍBA, 1999, p. 03).

Esta iniciativa da Paróquia de Bayeux, garantindo a participação no Grito na capital e, ao mesmo tempo, realizando-o no seu município de atuação, significa a capacidade e o poder mobilizadores que o Grito, e a própria Igreja, exerciam junto à sociedade em geral com o trabalho de base junto às populações pobres (Andrade, 2007, p. 124). O município de Bayeux é composto na sua totalidade por características urbanas, sendo ausente uma zona rural, o que caracteriza a identidade de seus movimentos populares como movimentos sociais urbanos. Ao analisar esta relação em *Movimento Social Urbano, Igreja e Participação Popular* (1983), Doimo afirma que tais tipos de movimentos são “alvo de análises contravertidas e importantes de serem analisadas”, justamente por serem movimentos cuja natureza advém da sociedade civil, compostos heterogeneamente e caracterizados como conteúdo básico pelo direito ao consumo, ou seja, suas “práticas desenvolvem-se, fundamentalmente, ao nível de reivindicações ao poder público, por melhores condições de vida no meio urbano. São movimentos típicos do processo urbano industrial.” (DOIMO, 1983, p. 15 apud COHN, 1982, p.12).

4. A PARÓQUIA DE SANTA RITA E AS LUTAS POPULARES

A Paróquia de Santa Rita, no município de Santa Rita, em consonância com as orientações da Arquidiocese da Paraíba, também buscava atuar de forma organizada junto à sociedade no que se refere às questões da defesa dos direitos humanos básicos, inclusive realizando previamente às Assembleias Paroquiais algumas pesquisas e análises sobre a realidade social, política e econômica das famílias alcançadas no território de sua atuação. A Paróquia, avaliando sua própria atuação sócio política, em Assembleia Paroquial no ano de 2002, no seu documento conclusivo, afirmou que sua atuação como Igreja:

[...] deve ser uma resposta aos clamores da cidade [...] a nossa missão em Santa Rita deve se preocupar com a promoção da vida e a defesa dos direitos humanos. É urgente que a ação evangelizadora da nossa paróquia esteja bem atenta aos graves problemas sociais de nossa cidade (PARÓQUIA DE SANTA RITA, 2002, p. 04).

Ou seja, a Paróquia afirmava que era preciso intensificar sua atuação atenta à realidade social do município de Santa Rita, o que foi assumido também através da elaboração de algumas orientações bem específicas para a realização desta nova forma de atuar, através do Documento “Evangelizar”, com a síntese das decisões da Assembleia Paroquial, alocações realizadas pelo padre e por outras lideranças, para que as Comunidades:

[...] assumam a luta pelas melhorias do bairro onde estão inseridas; que tenham uma consciência crítica; abram espaço para a formação política e social; estejam atentas aos sofrimentos dos pobres; dialoguem com outras entidades civis [...] e religiosas, a fim de colaborar com todos na promoção da justiça e do bem comum. (PARÓQUIA DE SANTA RITA, 2002, p. 14).

A elaboração e aprovação destas pistas de atuação para as Comunidades³ da Paróquia era o reconhecimento de que não bastava realizar apenas gestos de caridade, campanha de solidariedade e ações emergenciais. Mas que seria preciso a atenção permanente à realidade em que a Paróquia estava inserida, a análise profunda desta realidade, a promoção de espaços de formação e conscientização, o diálogo e articulação com outros atores sociais e políticos que comungassem do mesmo compromisso e a promoção de atividades em comum.

A Igreja, através das Comunidades, exercia assim um papel primordial diretamente ligado à atuação e organização por local de moradia (DOIMO, 1983, p. 23 apud BRANT,

³ Entenda-se aqui o termo “Comunidades” enquanto “Comunidades Eclesiais de Base” (CEBs). O Documento Nº 25 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, referenciado pela Conferência de Medellín (1968), as define como “célula inicial da estruturação eclesial e foco de evangelização e atualmente fator primordial da promoção humana e desenvolvimento.”.

1980, p.), tendo em vista que estas Comunidades priorizavam seu trabalho e organicidade entre as famílias do mesmo bairro, loteamento ou conjunto, fortalecendo as relações de vizinhança, o que proporcionava uma análise comum de sua realidade local, e exercendo assim uma relação de poder no território. A própria Paróquia reconhece essa característica da atuação das Comunidades ao afirmar que “nos anos 70, espalharam-se os grupos de evangelização: a paróquia foi dividida em quadras e o evangelho era levado de forma organizada e dinâmica em encontros nas famílias.” (PARÓQUIA DE SANTA RITA, 2002, p. 08).

Desta organização, que dividiu o território paroquial em quadras, delimitando os espaços de atuação dos agentes pastorais, resultou em duas importantes constatações: “o engajamento de muitas pessoas na caminhada da Igreja e o surgimento das comunidades de base.” (PARÓQUIA DE SANTA RITA, 2002, p. 08). Tais Comunidades, por serem compostas por pessoas de uma mesma localidade, propiciavam o desenvolvimento de uma territorialidade (TEIXEIRA, 2005).

4.1 O Comitê 9840 contra a corrupção eleitoral e a Campanha contra a ALCA

Uma das primeiras ações mais impactantes desta renovada atuação sócio política que a Paróquia de Santa Rita desejava exercer, foi a criação em 2002 do Comitê 9840, para combater a corrupção eleitoral no município de Santa Rita, sob o lema: “Voto não tem preço, tem consequências!”, realizando atividades de conscientização da importância do voto, com palestras, caminhada, plantão de denúncias de compra e venda de votos, panfletagens, etc. O Comitê guiava suas ações sob orientação do Documento-Base do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) que orientava os Comitês a:

- a) divulgar entre os eleitores, por meio de impressos, visitas domiciliares, participação em programas de rádio e televisão, bem como através de atos públicos, o valor do voto consciente, além da existência e os objetivos da Lei 9840/99; b) difundir nos meios locais de comunicação o trabalho e os objetivos do Movimento; c) solicitar dos juízes e promotores eleitorais o apoio às suas atividades e o empenho na efetiva aplicação da Lei 9840/99; d) promover meios para a obtenção de câmaras fotográficas ou de vídeo, gravadores e tudo mais que possa ser útil na obtenção de provas de corrupção eleitoral; e) organizar, na véspera e no dia da coleta de votos, a Fiscalização Popular das Eleições, através da mobilização da comunidade para a garantia da lisura e legitimidade da votação; f) comunicar ao Comitê Estadual respectivo a sua fundação, bem como os nomes, endereços e telefones (e e-mails, se houver) dos seus Membros titulares e suplentes. (DHNET, 2014).

Estas atividades e iniciativas eram orientações dadas em nível nacional pelo Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, que a CNBB apoiava, e como na Paróquia de

Santa Rita atuavam agentes pastorais ligados a esse compromisso sócio político, tendo como campo teórico a reflexão promovida pela Teologia da Libertação e os documentos eclesiais relacionados com ela, tais orientações puderam concretizar-se no âmbito municipal. Esta prática prezava em realizar o que a Paróquia havia afirmado para si mesma em sua Assembleia, que: “De modo especial, em tempos de eleições, as comunidades colaborem para criar no povo uma visão crítica e uma consciência política justa.” (PARÓQUIA DE SANTA RITA, 2002, p. 16).

Figuras 2 e 3 – Inauguração do Comitê 9840 Municipal contra a Corrupção Eleitoral, em 2002.



Fonte: Arquivo pessoal do padre Josenildo Francisco de Lima

Na imagem, vê-se o padre Josenildo discursando junto a algumas lideranças das Comunidades da Paróquia, no local alugado para ser a sede do Comitê 9840 e receber as denúncias de irregularidades na campanha eleitoral de 2002, como compra de votos, propaganda irregular, transporte ilegal de eleitores, etc. Nas imagens, veem-se também algumas lideranças integrantes do Conselho Paroquial de Pastoral à época, como Maria das Graças Frazão de Souza, Ivanilda Paulo de Oliveira, Eliete Maria Pereira de Sales e Jandira Cipriano do Nascimento. Nota-se, portanto, o papel da presença e participação majoritariamente feminina na organização das Comunidades e das lutas populares, daí a importância de:

(...) reconhecer a qualidade desta participação. Esta se caracteriza por ser ativa, expressando um grau maior de consciência e uma maior capacidade de questionamento, ao contrário do tradicional comportamento feminino, marcado pela passividade e pela submissão. (RIBEIRO, 2003, p. 03).

Tal afirmação pode ser dada a partir da análise do processo formativo que estas lideranças mulheres puderam vivenciar intrinsecamente vinculado à Teologia da Libertação, seus métodos e práticas, desde as décadas de 1980 e 1990. Neste processo formativo, destaca-se a participação no “Curso Básico para Animadores de Comunidades de Base”, conhecido

popularmente como “Curso da Árvore”, por ser promovido pela Associação de Animadores Reunidos pelas Comunidades (ÁRVORE) e por utilizar de metodologias da Educação Popular, comparando a árvore com a Comunidade⁴. Esta experiência foi acompanhada de perto, e até mesmo idealizada, pelo padre José Comblin, um dos maiores expoentes da Teologia da Libertação, que passou a morar por longos anos na sede da Associação Árvore, localizada no sítio São José em Bayeux-PB. O principal objetivo da Árvore era “ser um órgão encarregado na formação de animadores/as de CEBs dos grandes centros urbanos como João Pessoa, Bayeux, Santa Rita e regiões circunvizinhas.” (SILVA JÚNIOR, 2014, p. 93). Portanto, essa dimensão formativa ligada à Teologia da Libertação proporcionada pelo “Curso da Árvore” a animadores e animadoras das Comunidades de Santa Rita é o antecedente responsável por esta visão que a Paróquia assumiu no início dos anos 2000, de ser e estar comprometida com a transformação social.

Ainda em 2002, um conjunto de entidades e movimentos sociais e populares, articulados na Campanha Nacional contra a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), organizou em nível nacional um segundo Plebiscito Popular⁵, de 01 a 07 de setembro, sobre as negociações para a implantação da ALCA. A Campanha elaborou vários materiais de formação e divulgação, como cartilhas, cartazes e panfletos e, em um dos primeiros destes materiais, anunciava sua unidade com o Grito dos Excluídos, com o lema “Soberania não se negocia”, orientando que:

Todos os comitês populares e grupos da Campanha devem se articular com o Grito dos Excluídos para, no Dia da Pátria, realizarmos grandes eventos de encerramento do Plebiscito Nacional, com grandes mutirões de coleta de votos em todos os municípios do país. (CAMPANHA NACIONAL CONTRA A ALCA, 2002, p. 37).

Isto indica a capacidade do Grito em articular as diversas lutas locais, concretas e específicas, com a discussão de assuntos nacionais e internacionais, como a soberania dos povos, a integração regional, a economia nacional, dentre outros. Esta Campanha, que tomou proporções continentais, procurou mobilizar a sociedade civil e a população em geral para

⁴ O método adotado é apresentado dessa forma: “(...) árvore, imagem que será enriquecida com novas figuras, chamando a atenção para um dos aspectos da comunidade. Assim, no 1º tema, aparece a semente virando árvore; no 2º tema, a árvore carregada de frutos; no 3º tema, figuras de pobres colhendo os frutos; no 4º tema, figuras de pessoas da comunidade zelando pela árvore; no 5º tema, destaque especial para as raízes da árvore; no 6º tema, figuras exercendo tarefas diferentes no zelo da árvore; no 7º tema, finalmente, muitas árvores juntas, de tamanhos e frutos diferentes.” (COMBLIN, 1987, p. 07).

⁵ O primeiro Plebiscito Popular foi realizado de 02 a 07 de setembro do ano 2000, sobre a Dívida Externa, promovido pela Campanha Jubileu Sul-Brasil, integrante da Campanha Jubileu 2000 – Por um milênio sem dívidas, com o tema: “A vida acima da dívida”. Concomitante, o Grito dos Excluídos teve como lema: “Progresso e Vida, Pátria sem dívida\$”. O Plebiscito mobilizou mais de 6 milhões de pessoas e, destas, 92% disseram não ao pagamento da Dívida.

evitar a implantação da ALCA, garantir a soberania nacional e combater o imperialismo exercido pelos Estados Unidos da América, corroborando com a crítica que ALTMANN (1996, p. 164) desenvolve ao afirmar que:

O governo norte-americano, isto é, a nova direita, tem, então, por meio desse tipo de política com relação à América Latina, acionado um processo de nivelamento em termos de enquadramento político e econômico, para incorporá-la, de forma crescentemente homogênea, ao sistema capitalista e funcionar como bloco subalterno ao formado pelos EUA e Canadá.

Este é o mesmo entendimento das entidades que organizaram a Campanha e o Plebiscito sobre a ALCA⁶, o que desenvolveu um amplo movimento de massas e a convergência de uma série de lutas e mobilizações populares em articulação e coordenação de movimentos sociais e organizações populares, como constata BARROS (2007, pp. 47-48), além de sindicatos e partidos de esquerda.

Figura 4 - Cartaz do Plebiscito Nacional sobre a ALCA



Disponível em: <http://www.cpvsp.org.br/upload/cartazes/pdf/CAECOB2002024.pdf>

Acesso em: 12 jul. 2014

⁶ Sobre o processo de construção da Campanha contra a ALCA no Brasil e na América Latina, cf. BARROS, Roberto Della Santa. *Lutas sociais, neoliberalismo e limites democráticos no Brasil: Gênese, formação e perspectiva da Campanha (Inter) Nacional contra a ALCA (1998-2003)*, Araraquara, UNESP: 2007.

Superando o Plebiscito do ano 2000, sobre a Dívida Externa, o Plebiscito sobre a ALCA recolheu mais de dez milhões de votos em cerca de quatro mil municípios, com a participação e mobilização voluntária de mais de cento e cinquenta mil lideranças, em todo país, segundo a Secretaria Nacional da Campanha contra a ALCA (2003, p. 5-6). Em Santa Rita, este Plebiscito recolheu mais de dez mil votos, correspondente à cerca de 15% do eleitorado municipal, que à época era de 69.815 eleitores, segundo o Tribunal Regional Eleitoral, contando com a mobilização e participação das Comunidades das Paróquias do município e de entidades civis, que instalaram urnas em diversos pontos da cidade para a coleta de votos voluntária da população santa-ritense.

A participação das Comunidades de Santa Rita no Plebiscito Nacional, embora a temática do Plebiscito parecesse ser distante da “realidade local”, reflete o que Doimo (1983, p. 17-18) baseada em Cohn (1982, p.12) e Wanderley (1980, p. 27) afirma em relação à possibilidade dos movimentos sociais urbanos, a partir da demanda local e específica a que estão ligados, “se desenvolverem expandindo suas reivindicações para níveis mais amplos”. Tal possibilidade ocorreria a partir de dois aspectos: Um interno, que seria a atuação das lideranças e a relação destas com a base popular; e outro externo, no que concerne à realidade vigente em termos políticos e sociais.

4.2 Os direitos da pessoa idosa e a luta dos transportes

No ano de 2003, a CNBB promoveu a Campanha da Fraternidade com o tema: “Fraternidade e pessoas idosas” e o lema: “Vida, dignidade e esperança”, com o objetivo de: “Motivar todas as pessoas, para que, iluminadas por valores evangélicos, sejam construtoras de novos relacionamentos, novas estruturas, que assegurem valorização integral às pessoas idosas e respeito aos seus direitos.” (CNBB, 2003, p. 13). Tal Campanha buscava chamar a atenção da sociedade em geral em relação ao respeito às suas responsabilidades para com as pessoas idosas, esclarecendo os preconceitos que atingem estas pessoas para que sejam superados, a fim de realizar “parcerias com entidades da sociedade civil para unir esforços no sentido de compreender melhor a realidade dos idosos e idosas do Brasil, e, juntos, encontrar caminhos comuns para a superação dos graves problemas” (ibid.). Buscava também atuar pela elaboração de programas governamentais e o cumprimento das leis já existentes, sobretudo as relacionadas aos direitos sociais presentes na Constituição Federal, e a regulamentação de legislação específica para esta população, que foi contemplada posteriormente com a aprovação e sanção do Estatuto do Idoso.

Figura 5 - Cartaz da Campanha da Fraternidade 2003



Disponível em: <http://www.partes.com.br/ed31/terceiridade.asp>
Acesso em: 29 out 2014

Coincidentemente, ao mesmo tempo da realização da Campanha da Fraternidade sobre as pessoas idosas, o município de Santa Rita, que em 2010 passou a ter uma quantidade significativa de pessoas idosas, sendo 11.675 segundo o IBGE (2010), foi atingido pela decisão da Empresa Rodoviária Santa Rita de negação ao direito das pessoas idosas ao transporte público gratuito, como registrou o padre Josenildo Francisco de Lima, Administrador Paroquial de Santa Rita à época, no Livro de Tombo N° 03 da mesma Paróquia, no item de registro intitulado “Questão da passagem dos idosos”, quando afirma que:

A Rodoviária Santa Rita, que detém o monopólio da linha de transportes urbanos Santa Rita/João Pessoa, restringiu o passe livre dos idosos, direito adquirido há quase 15 anos. A partir de agora, os idosos não podem mais usar gratuitamente os serviços de transportes urbanos. Nossa Paróquia, com outras entidades (Paróquia São Pedro e São Paulo, de Tibiri II; Área Pastoral de V. Nova; o Sindicato dos Calçados; o mandato do vereador Sebastião Bastos, do PT e vários cidadãos comuns) resolveu combater esta medida lutando em favor dos idosos para que estes recuperem o “passe livre”. (LIMA; PARÓQUIA DE SANTA RITA, 2003, pp. 23-24).

A referida constatação e seu registro em Livro de Tombo traduz a firme decisão da Paróquia em atuar em defesa dos direitos das pessoas idosas, inclusive questionando o precário serviço de uma empresa privada que possui concessão pública para exercer o serviço de transportes. Este questionamento é concretizado no início do segundo semestre do mesmo ano, quando a Paróquia de Santa Rita, juntamente com outras entidades, realizou uma assembleia de discussão e negociação, no dia 14 de julho de 2003, com a Empresa Santa Rita para tentar a resolução do direito negado em questão. A decisão da assembleia foi a de realizar manifestações públicas e tomar providências junto ao Poder Judiciário contra a empresa, como consta no mesmo item do Livro de Tombo citado anteriormente, relatando que:

Hoje, na Igreja Matriz, realizamos uma Assembleia com um grande número de participantes, inclusive uma representação da Rodoviária Santa Rita. Muitos idosos, estudantes e outros usuários deram depoimentos dos maus tratos que sofrem nos ônibus da referida empresa rodoviária. A representação da empresa tentou se defender, mas diante dos fatos apresentados a defesa foi inútil. A assembleia decidiu então realizar manifestações públicas em favor do “passe livre” dos idosos e entrar com uma ação na justiça contra a Empresa Rodoviária Santa Rita. (LIMA; PARÓQUIA DE SANTA RITA, 2003, pp. 23-24).

Esta narrativa ressalva a tentativa de diálogo junto à empresa em questão, para a resolução do conflito da manutenção do direito das pessoas idosas, mas evidentemente a mesma negou-se à resolução do caso, o que foi respondido pelos participantes da Assembleia com a mobilização social nas ruas no dia 16 de julho de 2003 e o recurso aos meios jurídicos. Este episódio é ainda registrado no Livro de Atas do Conselho Paroquial de Pastoral (CPP), em reunião realizada no dia 19 de julho de 2003, onde também parte dos sujeitos participantes destas ações avaliaram as mesmas, afirmando que:

A empresa de ônibus Santa Rita que faz a linha até João Pessoa limitou o número de passageiros gratuitos nos ônibus sendo dois soldados, dois idosos e um deficiente físico, infringindo a lei nacional. A Paróquia convidou um representante da empresa para um debate e esclarecimento dia 14 passado, mas não foi muito bom, dia 16 fomos a Praça Getúlio Vargas para uma manifestação pública, contamos com algumas lideranças das Comunidades e movimentos, foi muito boa, veio a empresa, rádio e televisão e também ganhamos o apoio do Sindicato dos Calçados de Santa Rita. Houve uma audiência no Fórum, mas até agora a promotora não decidiu nada em favor dos idosos. (SOUZA; PARÓQUIA DE SANTA RITA, 2003, p. 22).

Este apontamento registra o descontentamento dos organizadores e manifestantes para com a reação da empresa e da própria Justiça, por não darem respostas à altura da reivindicação realizada, porém, exalta a realização da manifestação pública na praça em denúncia desta situação. Estas mobilizações em defesa dos direitos das pessoas idosas fomentaram a temática e a participação no 2º Grito dos Excluídos em Santa Rita, bem como

motivaram a reorganização das lutas populares em defesa dos transportes públicos nos anos seguintes, como retratadas nas imagens:

Figuras 6 e 7 – Manifestações posteriores sobre o transporte em Santa Rita, em 2005.



Fonte: Arquivo da Consulta Popular e de Elaine Ferreira Belo

As imagens acima reproduzem duas mobilizações populares, realizadas de forma simultânea, na entrada do centro de Santa Rita e na BR 230 na altura da entrada de Tibiri II, em novembro de 2005, demonstrando o desenrolar das ações desta luta. A problemática dos serviços de transporte público é uma questão essencialmente urbana, pois restringe à população o direito ao “acesso à cidade, devido à lógica da produção do espaço urbano” (GRANDE, 1994, p. 15). De modo geral, limita esta população ao deslocamento através do percurso domicílio-trabalho-domicílio. Portanto, o transporte público urbano é:

(...) um meio de consumo coletivo, e deste modo ultrapassa a esfera do consumo, por ser infra-estrutura necessária à reprodução da força de trabalho. Enquanto infra-estrutura, o serviço urbano de ônibus tem como corolário, a complexidade das relações sociais que intervêm em sua produção. (GRANDE, 1994, p. 18).

Sendo assim, embora a qualidade deste transporte coletivo fosse precária em Santa Rita, dando base cotidiana para a revolta popular em face desta situação, foi através da limitação do direito de um grupo social específico – as pessoas idosas – e da atuação das lideranças da Igreja, que se desencadeou uma série de outras mobilizações em defesa do transporte público ao longo da década de 2010.

4.3 A problemática do tráfico de drogas e da violência

Em 2004, no município de Santa Rita, estava em evidência a violência associada ao tráfico de drogas, como registra Souza (2004, p. 36) no Livro de Atas do Conselho Paroquial de Pastoral, sobre uma “(...) onda crescente de violência e crimes em Santa Rita”. Esta

situação é citada em alguns dos casos constados no Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito, da Câmara dos Deputados, para investigar a ação criminosa das milícias privadas e dos grupos de extermínio em toda a Região Nordeste, listando algumas:

[...] ações relacionadas a tráfico de drogas e armas, transporte de entorpecentes, assaltos e plantações de maconha, essas pessoas também estão envolvidas com grupos de extermínio, como membro, mandante, protetor ou intermediário das execuções sumárias. Eles atuam nos municípios paraibanos de **Santa Rita**, Bayeux, Baía da Traição, Guarabira, Nova Cruz, Cabedelo, Campina Grande e João Pessoa. Os motivos aos quais as vítimas foram executadas são diversos e dentre eles, invasões de áreas de tráfico, indivíduos que sabiam demais [...] (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2005, p. 164).

Tal afirmação colocava o município de Santa Rita em evidência como núcleo intermediário do tráfico de drogas, e da violência a ele associado, ao longo do território do estado da Paraíba. Em resposta a esta situação, aconteceu um fato extraordinário realizado pelas Comunidades da Paróquia de Santa Rita durante a procissão de Santa Rita de Cássia, sua padroeira – caminhada religiosa a qual acorrem devotos de todo o estado da Paraíba e até de outros estados – no dia 22 de maio de 2004, sendo a maior manifestação religiosa do município. As lideranças das Comunidades organizaram cartazes de denúncias da realidade social do município, exibindo frases sobre os diversos tipos de violência contra a população e seus direitos, concluindo com o pedido de intercessão à padroeira Santa Rita de Cássia, como exemplo: *“O povo não tem casa! Santa Rita, rogai por nós!”*, *“O povo não tem trabalho! Santa Rita, rogai por nós!”*, *“O povo não tem segurança! Santa Rita, rogai por nós!”*, etc. Esta intervenção considera importante a reflexão que foi realizada por Andrade (2007, p. 124), cujo sentido se dirige para a percepção referente às “significativas conquistas sociais e políticas ocorridas no Brasil, em decorrência de movimentos que aliaram a religiosidade cristã à mobilização e organização populares”.

Junto a esta intervenção social na procissão da padroeira, as Comunidades também realizaram um abaixo-assinado que foi coletado durante todo o Novenário de Santa Rita, que está registrado no Livro de Atas do Conselho Paroquial de Pastoral (CPP), em reunião realizada no dia 24 de abril de 2004, entendendo que:

Para viver este processo de evangelização profundamente encarnado na história comprometido com a causa do Reino na luta por uma sociedade justa e solidária, este ano convocamos a Paróquia para um gesto concreto de amor e serviço a nossa cidade que será uma coleta de assinaturas em prol da segurança pública denunciando a onda crescente de violência e crimes em Santa Rita exigindo das autoridades sérias medidas de caráter político estrutural. Será organizado pela Pastoral Carcerária e entregue dia vinte e dois às autoridades responsáveis pela segurança do município. (SOUZA; PARÓQUIA DE SANTA RITA, 2004, p. 36).

Ou seja, para enfrentar uma realidade tão complexa, que é a da violência, e para dar-lhe resposta à altura da problemática, deveriam ser realizadas ações também complexas e de largo alcance, daí a utilização da coleta de assinaturas, o encaminhamento às autoridades competentes e a organização por parte da Pastoral Carcerária, acontecendo no período de maior movimentação religiosa, o período da Festa da Padroeira Santa Rita de Cássia. Esta iniciativa da Paróquia, de atuar também social e politicamente na cidade, com experiências que interligam a fé e a política, segundo Andrade (2007, p. 124) seria a comprovação que a fé cristã não tem sentido fora do coletivo e da sociabilidade, “Em contraponto à religiosidade individualista e do privado que tão bem caracteriza a alardeada pós-Modernidade”, servindo assim para reforçar a organização e reivindicações populares. Para a Paróquia, a Opção pelos Pobres – a qual a Igreja na América Latina havia declarado em suas Assembleias da Conferência Episcopal Latino-americana – significava assumir as causas dos pobres ativa e conscientemente, ou seja, como afirma Casaldàliga (1993, pp. 169-170), em uma “(...) solidariedade ativa com as lutas e práticas populares⁷, uma defesa ativa de seus direitos, um compromisso claro com sua libertação integral, uma afirmação incondicional da vida e uma rejeição também incondicional da injustiça.”.

5. O GRITO DOS EXCLUÍDOS EM SANTA RITA

Como constatamos, a Paróquia de Santa Rita participava ativamente das manifestações do Grito dos Excluídos em João Pessoa, bem como de outras atividades sócio políticas e reivindicatórias, como as Romarias da Terra, inclusive acolhendo a realização de algumas destas Romarias com a Comissão Pastoral da Terra (CPT) em 1995⁸ e em 2004⁹. Esta presença e participação ativa a levou a afirmar em sua Assembleia Paroquial que ela deveria promover ou participar – quando necessário: “(...) de manifestações populares, reivindicações e lutas pela justiça, pela paz e por melhores condições de vida, etc.”

⁷ Sobre a relação entre a opção pelos pobres e a opção de classe e a luta de classes, cf. G. GIRARDI. *Amor Cristiano y lucha de clases*. Salamanca, Sígueme, 1971. J. LOIS. *Teología de la liberación: opción por los pobres*. Madrid, Iepala, 1986, p. 267-281, onde resume o pensamento de L. Boff, G. Gutiérrez, J. Sobrino e I. Ellacuría, alguns dos principais teólogos que desenvolveram essa reflexão na América Latina.

⁸ A 7ª Romaria da Terra da Arquidiocese da Paraíba, com o tema “Terra: Caminho e esperança dos famintos” e o lema “A cana nos tirou: Terra, casa e pão...”, foi realizada nos dias 07 e 08 de outubro de 1995, com a concentração de abertura no Ginásio de Esportes de Tibiri I, em Santa Rita-PB e encerramento no acampamento dos trabalhadores rurais sem terra na fazenda Engenho Novo, em Cruz do Espírito Santo-PB.

⁹ A 16ª Romaria da Terra da Arquidiocese da Paraíba, com o tema “Terra e Água: Fontes de Vida” e o lema “Fonte de vida não pode ser destruída”, foi realizada nos dias 23 e 24 de outubro de 2004, com a concentração de abertura na Igreja Matriz de Cruz do Espírito Santo-PB e encerramento às margens do Rio Paraíba, no centro de Santa Rita-PB.

(PARÓQUIA DE SANTA RITA, 2002, p. 16). A iniciativa da Paróquia de Santa Rita de realizar um Grito dos Excluídos em Santa Rita, sem deixar de participar do Grito em João Pessoa, se insere nesse contexto, de reforçar o engajamento pastoral sócio político dos membros de suas Comunidades. Trata-se assim de um processo de mobilização política concomitante, que se direciona de uma experiência histórica de organização de populações afetadas pelas falhas ou omissões do poder público ou da procrastinação deste último na resolução de problemas. Ou ainda, da submissão de agentes do poder público diante dos interesses empresariais.

5.1 O processo de preparação

A cada ano, o processo de preparação do Grito dos Excluídos era realizado nas Reuniões do Conselho Paroquial de Pastoral, e principalmente na Reunião de Animadores e Animadoras das Comunidades da Paróquia de Santa Rita. Nestas reuniões realizadas regularmente a cada mês, o Grito era pautado e organizado em blocos temáticos e comissões de organização, como infraestrutura, finanças, animação, etc., escolhendo pessoas, Paróquias e Comunidades responsáveis por cada uma delas. Esta organização em Comissões e Blocos possibilitava o envolvimento ativo de diversas pessoas numa construção coletiva da manifestação, num processo educativo com mecanismos de participação popular, como reuniões de discussão, oficinas de montagem dos materiais, etc, onde se “(...) desenvolve e fortalece a consciência cidadã da população para que assuma efetivamente o seu papel de sujeito da transformação da cidade.” (NÉSPOLI, 2013, p. 7 apud GADOTTI; TORRES, 1992).

Figuras 8 e 9 – Criatividade e irreverência na manifestação do Grito, em 2002 e 2004.



Fonte: Arquivo pessoal do padre Josenildo Francisco de Lima

Com este método organizativo, os organizadores verificavam primeiramente o tema nacional do referido ano, seus eixos de atuação e orientações da Secretaria Nacional do Grito, em seguida os adaptavam à realidade estadual e municipal, escolhendo as temáticas a serem pautadas, simbolizadas num lema geral da manifestação, em tom crítico e poético preferencialmente. A partir daí cada comissão ou bloco realizava seu planejamento e organização, mobilizando os recursos materiais e humanos necessários e possíveis para o ato público de 07 de setembro. Esta preparação pretendia envolver o maior número de lideranças locais, em reuniões gerais, seguidas de outras reuniões específicas com os participantes de cada Comunidade, grupo, movimento e outras entidades. Isto possibilitava o desenvolvimento do potencial criativo das lideranças e das pessoas simples do povo, dando sugestões para a pauta a ser reivindicada, a providência do material necessário, a divulgação para o dia da manifestação, etc., garantindo um processo participativo desde a preparação inicial.

Neste processo, destaca-se a atuação das lideranças da manifestação (animadores das Comunidades e coordenadores dos grupos) que, atuando junto às bases de suas organizações, exerciam o papel, segundo a concepção gramsciana, de “intelectuais orgânicos”, possibilitando o desenvolvimento e a garantia dos interesses das classes e grupos sociais a que representavam (SANTOS, 2009, p. 151 apud SEMERARO, 2006, p. 380). Os padres e outras lideranças de formação universitária, que naturalmente se encontrariam na parcela intelectual de tipo “tradicional”, também estavam inseridos na sociedade civil e suas disputas internas, por estarem vinculados diretamente a esses movimentos sociais e a sua “filosofia da práxis” (MONASTA, 2010, p. 31). A atuação desta rede de “intelectuais orgânicos”, em nível educativo, organizativo e cultural, respaldava uma análise comum da realidade em que tais grupos estavam inseridos, e buscava promover uma metodologia de intervenção também comum neste âmbito, objetivando assim “criar uma outra filosofia e uma outra política, capazes de promover a superação do poder como dominação e construir efetivos projetos de democracia popular.” (SANTOS, 2009, p. 151 apud SEMERARO, 2006, p. 380).

Portanto, na concepção de Gramsci, a atuação destas lideranças, chamadas por ele de intelectuais orgânicos, é de fundamental importância nesta relação para a garantia da difusão e conservação da concepção ideológica ligada à opção pelas classes trabalhadoras e seus interesses. (CHAGAS, 2015, p. 04). Ao longo do processo de preparação do Grito, o papel dos “intelectuais orgânicos” era exercido principalmente através da coordenação das reuniões preparatórias da manifestação, das discussões em torno da seleção das temáticas a serem abordadas, das músicas e outras formas de intervenção pública.

5.2 A manifestação de 07 de setembro

Uma das características do Grito realizado em Santa Rita, diferente da manifestação em João Pessoa, era sua realização no dia e horário do desfile cívico¹⁰ de homenagem à proclamação da Independência do Brasil. Nos três primeiros anos do Grito dos Excluídos em Santa Rita, de 2002 a 2004, a manifestação ocorreu com esta mesma metodologia de realizar uma passeata antes do desfile, no mesmo percurso deste. A concentração da passeata acontecia a partir das 13 horas do dia 07 de setembro, sempre ao lado da Companhia Industrial de Cerâmica (CINCERA), onde se inicia o centro da cidade e onde se realizava também a concentração das escolas públicas e tropas militares que iriam desfilar em honra à Pátria. A manifestação seguia pelo mesmo percurso deste e se encerrava em local diferente a cada ano, de acordo com a temática assumida pelo Grito localmente.

A opção por realizar a manifestação pública em 07 de setembro, e no mesmo percurso do desfile, visava causar um impacto político de largo alcance, tendo em vista que grande parte da população municipal, e também das autoridades constituídas, estariam presentes neste espaço entre a Rua Juarez Távora, a Praça Getúlio Vargas e a Rua São João, como se observa nas imagens:

Figuras 10 e 11 – 1º Grito, 2002, na concentração e no ato em frente ao Palanque do Desfile Cívico.



Fonte: Arquivo pessoal do padre Josenildo Francisco de Lima

As imagens retratam dois momentos importantes para a manifestação do Grito dos Excluídos em Santa Rita: Na primeira, vê-se a concentração dos manifestantes no início da Rua Juarez Távora – o logradouro principal do centro da cidade – onde cada bloco temático organizava-se na avenida, de maneira sequencial e combinada previamente entre os

¹⁰ A partir de 2005, a Prefeitura Municipal de Santa Rita, administrada pelo então prefeito Marcus Odilon Ribeiro Coutinho, deixou de realizar o desfile cívico de 07 de Setembro. Desde então, o Grito passou a ser realizado com a concentração da passeata na periferia e o encerramento no centro da cidade.

organizadores, de acordo com o foco sociopolítico abordado no referido ano. A segunda imagem registra o momento considerado clímax da manifestação, o ato realizado de frente ao palanque das autoridades, quando a caminhada realizava uma parada, onde através de discursos improvisados, músicas, gestos e palavras de ordem os manifestantes apresentavam os questionamentos às políticas públicas do Estado.

Neste curto espaço geográfico, de aproximadamente 300 metros, localizavam-se os prédios sedes de três instituições significativas: o da Igreja Matriz da Paróquia de Santa Rita, o da Prefeitura Municipal e o da Câmara Municipal. Naquele momento estavam presentes também os “dirigentes” destas instituições, respectivamente: Os padres, animadores de Comunidades e coordenadores de grupos; o prefeito e os secretários municipais; e os vereadores. Ao mesmo tempo, encontravam-se os demais munícipes em geral que, em maior ou menor nível, estavam ligados a estas instituições.

Portanto, analisando estas características, esta situação sugere uma aberta disputa ideológica entre os “dois grandes planos superestruturais” (BOBBIO, 1982, p. 32 apud GRAMSCI, 1949, p. 09), ou seja, entre a sociedade civil como “o conjunto de organismos habitualmente ditos privados” (ibid.) – neste caso, apenas algumas das instituições da sociedade civil, evidentemente a Igreja, sindicatos e partidos – e entre a sociedade política representada pelo Estado e de um de seus aparelhos repressivos, a polícia. Esta disputa se travava pelo viés ideológico, pois entre estas sociedades não existiam as relações econômicas propriamente ditas – ou seja, “todo o conjunto das relações materiais (...) [e] todo o conjunto da vida comercial e industrial” (ibid.) – percorrendo, portanto, a via do confronto político das relações ideológicas e culturais e da vida espiritual e intelectual.

5.2.1 Cidadania não se negocia! (2002)

Para o Grito dos Excluídos de 2002, a Coordenação Nacional escolheu como tema: “Soberania não se negocia”, tendo em vista que na Semana da Pátria também estaria sendo realizado em todo o Brasil o Plebiscito Popular sobre a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), em ano de eleições gerais e último ano do governo Fernando Henrique Cardoso. Os organizadores do Grito entendiam que naquele momento era preciso:

(...) tentar manter a soberania nacional, face a imposição do capitalismo norte americano nos países da América Latina e sobre o povo desses países. A luta e organização é a favor de uma nação livre, soberana e independente, (que seja capaz de decidir seu futuro) e por uma economia fundamentada na justiça, na solidariedade e na paz. O Grito denunciou que a Pátria estava sendo negociada, na ALCA, sem

que o povo tenha conhecimento do que está sendo comprometido. O povo quer saber, o povo precisa saber e está disposto a participar. Cada voto do plebiscito, significou uma voz e um Grito, na grande sinfonia que canta e diz “Liberdade não tem preço e Soberania não se Negocia”. (GRITO DOS EXCLUÍDOS, 2002).

Este entendimento é um reflexo da crítica que os movimentos sociais e populares realizavam às negociações do Governo Brasileiro para a implantação da ALCA, que não levavam em consideração uma consulta à população e às organizações da sociedade civil, mas restringia-se ao âmbito governamental federal.

Figura 12 - Cartaz do Grito dos Excluídos 2002



Disponível em: http://www.gritodosexcluidos.org/imagens/cartazes/2002_gra.jpg
Acesso em: 29 out 2014

Em Santa Rita-PB, no dia 07 de setembro de 2002, aconteceu a primeira edição tão esperada do Grito dos Excluídos, preparado pelas Comunidades há várias semanas, adotando um tema municipal: “Cidadania não se negocia”, adaptando o tema nacional “Soberania não se negocia”. A maioria dos participantes, sobretudo a juventude, combinaram previamente para participarem do ato público trajados com as cores preta e roxa, simbolizando o luto e o protesto contra a situação social e política do município, bem como a luta contra a ALCA e a corrupção eleitoral. A marcha foi organizada em dois grandes blocos, um primeiro com as denúncias e outro com as reivindicações populares, intitulados respectivamente: “O Brasil que temos” e “O Brasil que queremos”.

Figuras 13 e 14 – Bloco “O Brasil que temos”, no 1º Grito dos Excluídos, em 2002.



Fonte: Arquivo pessoal do padre Josenildo Francisco de Lima

Provavelmente, o ato público do Grito dos Excluídos de Santa Rita, no ano de 2002, foi a primeira grande manifestação convergente de tamanha diversidade de pautas de reivindicações da história do município, pois mesmo já tendo sido sede de outros atos públicos históricos, como a fundação de sua Liga Camponesa em 1961¹¹ com a presença de mil camponeses e delegações de sindicatos de trabalhadores nas indústrias, estes agregavam pautas específicas de um ou outro segmento social, como: posseiros, canavieiros, pescadores, estudantes, etc. “Pela primeira vez na história de nossa Paróquia, tanta gente se juntou para uma manifestação pública de cunho sócio-político.” (LIMA; PARÓQUIA DE SANTA RITA, 2003, p. 14), constatou o padre Josenildo Francisco de Lima, administrador paroquial de Santa Rita, à época, no Livro de Tombo.

A mobilização de 2002 conseguiu impactar todo o município, pois sendo realizado no dia 07 de setembro, e antes do início do desfile cívico, havia uma grande concentração de pessoas ao longo de toda a Rua Juarez Távora e parte da Rua São João, que lotava as calçadas de ambos os lados, num espaço de um quilômetro. Na Praça Getúlio Vargas, encontrava-se o palanque das autoridades civis e militares, lugar onde em um tempo passado também estariam as autoridades religiosas, como afirma Comblin (2002, p. 21), que:

Na antiga civilização rural do Brasil, o vigário formava parte do grupo das autoridades, junto com o prefeito, o delegado, o juiz. Representava o poder eclesiástico ao lado dos poderes civil e militar. Em algumas cidades do interior, o sistema ainda vigora. (COMBLIN, 2002, p. 21).

Esta constatação de Comblin (2002, p. 21), que traduz a associação da figura do padre ao rol das autoridades municipais, ao lado dos poderes civil e militar, ainda vigorava em Santa

¹¹ A notícia da fundação da Liga Camponesa de Santa Rita está registrada na edição Nº 100 do “Jornal Terra Livre – A terra para os que nela trabalham”, de junho de 1961, informativo publicado pela União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), entidade organizada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Rita, pois o padre exercia a autoridade eclesiástica sob nomeação da autoridade diocesana de Dom Marcelo Pinto Carvalheira, bispo à época, regida e garantida pelo Código de Direito Canônico. Porém, em 07 de setembro de 2002, ocorreu uma ruptura visível no ato do Grito dos Excluídos, divergente do antigo sistema de poder que alinhava as autoridades civis e militares, e as eclesiásticas. As primeiras posicionaram-se do alto do tradicional palanque, enquanto as últimas ficaram junto à manifestação popular nas ruas com o povo.

Figuras 15 e 16 – Padres e religiosos presentes no 1º Grito dos Excluídos, em 2002.



Fonte: Arquivo pessoal do padre Josenildo Francisco de Lima

O Livro de Tombo da Paróquia registra o referido acontecimento, com o título: “Grito dos Excluídos 2002 - Soberania não se negocia! Cidadania não se negocia!” (LIMA; PARÓQUIA DE SANTA RITA, 2003, p. 14), e de maneira enfática afirma que:

Foi um verdadeiro sucesso o primeiro Grito dos Excluídos realizado pela Paróquia de Santa Rita, na tarde do dia 07 de setembro de 2002. As 14:00, a multidão de mais ou menos mil pessoas, partiu do início da Av. Juarez Távora, no Centro de Santa Rita, marchando naquele que seria o corredor oficial dos desfiles cívicos em comemoração ao Dia da Independência. De forma ordeira e pacífica, gritando palavras de ordem e cantando canções de esperança e paz, a multidão disse não à ALCA e reivindicou um Brasil melhor, uma sociedade justa e solidária. (LIMA; PARÓQUIA DE SANTA RITA, 2003, p. 14).

Este registro evidencia que a iniciativa do 1º Grito dos Excluídos foi da Paróquia de Santa Rita e, com certeza, de seu administrador paroquial, o padre Josenildo Francisco de Lima, confirmado pelo formato do registro realizado pelo mesmo num documento eclesiástico oficial, o Livro de Tombo, de maneira entusiasta. O texto registra ainda os nomes das autoridades eclesiásticas (padres e religiosos) presentes na manifestação, que eram:

[...] os padres de Santa Rita, Josenildo e Figueiredo, o Pe. José Manuel, da Paróquia São Pedro e São Paulo, no Tibiri II, o Pe. Severino Perini, missionário comboniano da Paróquia do Tibiri II, o Ir. Mário, também missionário comboniano e o Diácono

Manuel Xavier, da Área Pastoral de Várzea Nova. (LIMA; PARÓQUIA DE SANTA RITA, 2003, pp. 14-15).

Esta presença dos padres e religiosos propiciava uma participação em maior número das pessoas comuns das Comunidades, pois sendo eles as principais lideranças da Igreja no município, a mobilização pôde contar com o poder de persuasão destes ao multiplicar a informação e o convencimento do conjunto das paróquias do município a participarem ativamente do Grito dos Excluídos, inclusive a presença de pessoas idosas, cuja participação em mobilizações sociais é menos ativa, devido ao tradicionalismo religioso dos mesmos.

Figuras 17 e 18 – Pessoas idosas presentes no 1º Grito dos Excluídos, em 2002.



Fonte: Arquivo pessoal do padre Josenildo Francisco de Lima

A presença de outras organizações sociais e populares também é ressaltada, referendando o ato público como uma manifestação de caráter amplo, e não estritamente religioso, embora a iniciativa tenha sido da Igreja: “Entidades civis também aderiram ao movimento, o Sindicato dos Calçados, o Partido dos Trabalhadores, o vereador Sebastião Bastos e outros estiveram presentes.” (LIMA; PARÓQUIA DE SANTA RITA, 2003, p. 15).

Para reforçar ainda mais a legitimidade da manifestação, o registro ressalta a reação dos populares que, das calçadas, assistiam a manifestação: “A caminhada foi aplaudida e elogiada pelos que estavam de fora, e todos compreenderam a sua finalidade.” (LIMA; PARÓQUIA DE SANTA RITA, 2003, p. 15). Este realce encontrado no registro do padre Josenildo no Livro de Tombo sobre o ato de aplaudir e elogiar o Grito, realizados por aquelas pessoas que “estavam de fora”, evidencia a compreensão ampla na sociedade santa-ritense dos objetivos do Grito municipal, inclusive pela novidade da manifestação antes nunca realizada no município. O sucesso alcançado na realização do ato do 1º Grito inaugurava uma prática social e política contestatória num município historicamente marcado pela submissão e pelo cabresto político, devido à sua formação socioeconômica ligada às usinas e engenhos.

Figuras 19 e 20 – Ato de encerramento do 1º Grito dos Excluídos, em 2002.



Fonte: Arquivo pessoal do padre Josenildo Francisco de Lima

A manifestação do 1º Grito dos Excluídos em Santa Rita foi encerrada na Praça da Secretaria Municipal de Saúde, conhecida por Praça do ETN (Escola Técnica Normal), com um ato político, “onde o Pe. Severino, o vereador Sebastião, o sindicalista José Sant’Ana, o Pe. Josenildo e outros fizeram uso da palavra.” (LIMA; PARÓQUIA DE SANTA RITA, 2003, pp. 14-15), contemplando os três principais segmentos sociais participantes da caminhada, a Igreja (Paróquias de Santa Rita e de São Pedro e São Paulo e Área Pastoral de Várzea Nova), o Sindicato (trabalhadores nas indústrias de calçados de Santa Rita e nas indústrias da construção civil, da construção pesada e do mobiliário) e o Partido (Partido dos Trabalhadores e Gabinete do Vereador Sebastião Bastos).

Esta característica do Grito, analisada a partir da reflexão teórica gramsciana, relaciona-se ao conceito de superestrutura, que são as relações ideológicas e culturais, pois esta manifestação realizada por uma parte significativa da sociedade civil objetivava alterar ideologicamente a consciência daqueles que a assistiam, intervindo publicamente no senso comum da população. Esta intervenção atingia a garantia da hegemonia exercida pela classe dominante e pelo Estado, pois naquele momento eram apresentadas à população duas versões antagônicas da realidade social e política: Uma crítica e de oposição, realizada pelo Grito dos Excluídos, com a Igreja, sindicatos e organizações sociais e partidárias; e outra de manutenção do *status quo*, com o desfile cívico, com as organizações do Estado, da Prefeitura e as Escolas públicas. Ambas, inseridas no âmbito da sociedade civil, portanto, exerciam uma disputa ideológica dentro desta, sendo a primeira contra hegemônica visando a alteração das relações sociais, econômicas e políticas, e a segunda, hegemônica, pela continuidade destas.

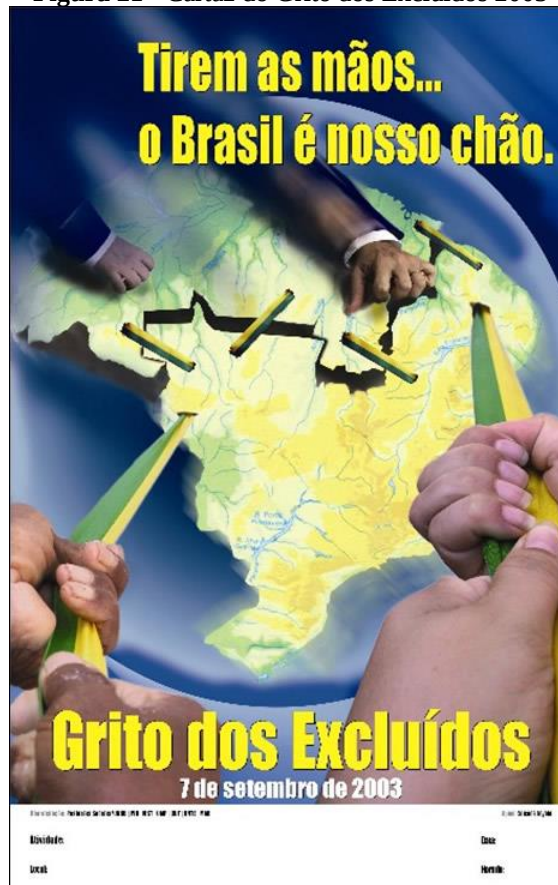
Para Gramsci, hegemonia é direção cultural, através de uma reforma intelectual e moral, incluindo e completando a direção política, ou seja, a formação da vontade coletiva. A conquista da hegemonia precede a conquista do poder, e o uso da força é instrumental e

procede da hegemonia, o inverso de Lênin. Tais concepções derivam dos diferentes tempos históricos em que Lênin e Gramsci estavam inseridos e desenvolveram suas teorias. O primeiro vivia num contexto de luta em andamento (ascenso da luta de massas, acirramento da luta de classes), o segundo vivia o momento descenso, retirada depois da derrota. A diferença mesmo não é a de mais e de menos, de antes e depois, mas de qualidade, na extensão e na função dos conceitos. A hegemonia gramsciana abarca não só o partido, mas as outras instituições da sociedade civil ligadas à elaboração e difusão da cultura e do conhecimento, como a Igreja, as escolas, os sindicatos, etc. (BOBBIO, 1982).

5.2.2 Deixe o idoso passar! (2003)

Em 2003, o Grito pautou, em nível nacional, o lema “Tirem as mãos... o Brasil é nosso chão!”, dando continuidade às ações da Campanha contra a ALCA, agora junto ao Governo Lula, eleito no ano anterior, para que este levasse em consideração os dez milhões de votos do Plebiscito e retirasse o Brasil das negociações.

Figura 21 - Cartaz do Grito dos Excluídos 2003



Disponível em: http://www.gritodosexcluidos.org/imagens/cartazes/2003_gra.jpg
Acesso em: 29 out 2014

Em Santa Rita, o lema escolhido foi “Deixe o idoso passar!”, repercutindo a problemática da limitação para os idosos do uso gratuito dos transportes públicos no município, registrado no Livro de Tombo: “O Tema do nosso Grito foi um gesto de solidariedade aos idosos da cidade que perderam a passagem gratuita nos ônibus da Empresa Santa Rita, a única da cidade que faz a linha Santa Rita-João Pessoa.” (LIMA; PARÓQUIA DE SANTA RITA, 2003, pp. 28-29).

Figura 22 – Intervenção artística sobre a negação do direito dos idosos, no Grito em 2003.



Fonte: Arquivo pessoal de Ciceron Oliveira

O registro no Livro de Tombo, iniciado com o termo “juntos”, reforça a realidade de união e apoio mútuo entre as paróquias do município na realização da manifestação. Diferentemente do registro do 1º Grito, em 2002, onde é ressaltada a presença dos outros padres e religiosos destas Paróquias, sem citar maiores informações de organização e participação, o registro afirma que:

Juntos – a Paróquia S. Pedro e S. Paulo, do Tibiri II; a área pastoral de Várzea Nova; e nossa Paróquia – realizamos na tarde do 07 de setembro, Dia da Independência do Brasil, o II Grito dos Excluídos de nossa cidade. Calculamos que mais de mil pessoas participaram do evento que teve como tema: “Deixe o idoso passar!”. Outras entidades se uniram a nós, neste evento que manifesta o desejo de uma Pátria livre de todas as formas de injustiça que geram a exclusão social de milhares de brasileiros. (LIMA; PARÓQUIA DE SANTA RITA, 2003, pp. 28-29).

Esta afirmação da união entre as paróquias e de uma maior organização na preparação do Grito em 2003 ficam evidentes na subdivisão em blocos temáticos específicos para cada paróquia, mesclando temas de caráter nacional e locais, com a capacidade de convergir lutas tão diversas, como a Campanha contra a ALCA e a reivindicação de calçamento para as ruas esburacadas. Como metodologia para a manifestação, os organizadores adotaram a estratégia de estabelecer espécies de blocos temáticos, cuja finalidade era de apresentar criativamente

cada um dos problemas tematizados pelas questões sociais e políticas mais escolhidas pela organização do ato público. Conforme o registro:

Nosso desfile foi dividido em blocos temáticos. A área pastoral de Várzea Nova trouxe o tema da luta dos idosos, pela passagem gratuita, indo à frente com uma peça cômica representando a luta dos idosos para entrar nos coletivos. Fizeram uma grande maquete de um ônibus da Empresa Santa Rita. A paróquia do Tibiri II recordou as lutas contra a ALCA, em favor da soberania nacional. A paróquia de Santa Rita trouxe para o evento os dramas da cidade: bairros sem infra-estrutura, ruas esburacadas, falta de iluminação e moradia e a juventude protestou contra a falta de segurança pública e o gravíssimo problema do tráfico de drogas. (LIMA; PARÓQUIA DE SANTA RITA, 2003, pp. 28-29).

Esta divisão em blocos temáticos possibilitou um alcance maior que em 2002 na quantidade de temas abordados, pois, embora o lema principal fosse “Deixe o idoso passar!”, sobre a luta pela garantia do passe livre às pessoas idosas, o Grito também evidenciou a realidade do município em termos de infraestrutura, segurança pública, moradia, entre outros direitos reivindicados.

Figuras 23 e 24 – Manifestação do 2º Grito dos Excluídos, em 2003.



Fonte: Arquivo pessoal do padre Josenildo Francisco de Lima

A equipe de animação preparou algumas paródias, e a principal delas foi uma adaptação da marchinha de carnaval “Saca-rolha”, de 1953, de Zé da Zilda, Zilda do Zé e Waldir Machado. O texto da paródia foi elaborado a partir do lema municipal do Grito em 2003 “Deixe o idoso passar!”: “O idoso vai passar,/ direito dele nós vamos assegurar,/ nós somos povo, povo, povo, povo unido,/ e sendo assim/ vamos lutar!/ Deixe o idoso passar!”.

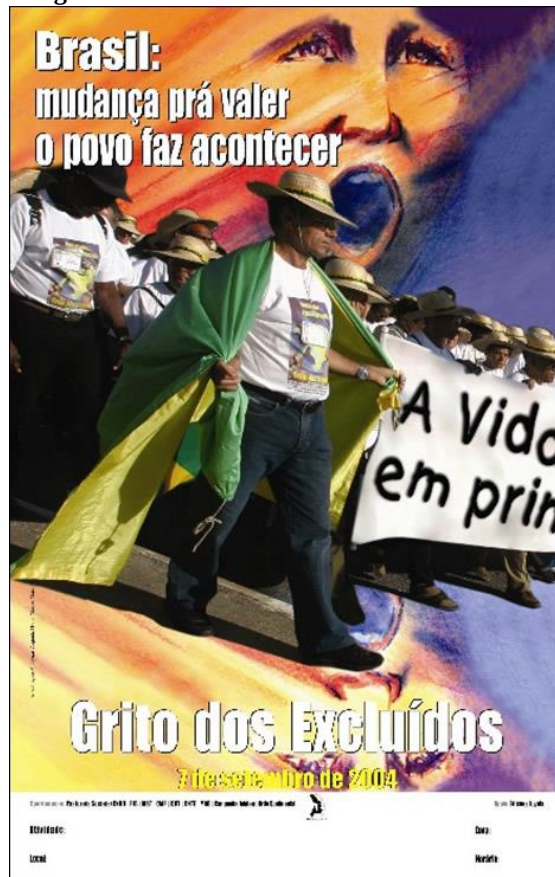
O percurso principal foi o mesmo utilizado em 2002: “(...) no final da rua Juarez Távora, corredor oficial dos desfiles cívicos do 07 de setembro”. (LIMA; PARÓQUIA DE SANTA RITA, 2003, p. 29), porém o encerramento foi marcado pela temática principal daquela manifestação, a passagem gratuita dos idosos, sendo realizado em forma de “(...) um protesto na porta da empresa de ônibus Santa Rita” (LIMA; PARÓQUIA DE SANTA RITA,

2003, p. 29). Embora esse ato tenha sido realizado em um dia de feriado, o protesto à porta da empresa Santa Rita significava que a luta dos transportes não estava encerrada, e que a continuidade dela era necessária, o que se concretizou com o passar dos meses.

5.2.3 Drogas e violência: Santa Rita na urgência! (2004)

A Coordenação Nacional do Grito escolheu para o ano de 2004 o tema: “Brasil: Mudança pra valer o povo faz acontecer”, com o objetivo de fomentar “um processo e metodologia participativa, que estimula a sociedade a discutir e assumir seu protagonismo, na superação das desigualdades sociais.” (GRITO DOS EXCLUÍDOS, 2014).

Figura 25 - Cartaz do Grito dos Excluídos 2004



Disponível em: http://www.gritodosexcluidos.org/imagens/cartazes/2004_gra.jpg
Acesso em: 29 out 2014

Diante da “[...] onda crescente de violência e crimes em Santa Rita” (SOUZA, 2004, p. 36), a organização do 3º Grito dos Excluídos do município escolheu como seu tema principal de 2004: “Drogas e Violência: Santa Rita na urgência!”, interligando duas temáticas

recorrentes na conjuntura social do município. Souza (2014, p. 31) constata esta interligação permanente entre “drogas” e “violência” quando afirma que em Santa Rita:

[...] além de a grande maioria das ocorrências policiais, está, sem dúvida, relacionada ao tráfico de drogas, da mesma forma, os homicídios influenciados por essas, também predominam... as drogas e a violência andam juntas, seja quanto ao consumo, tráfico ou em qualquer outro tipo de ação criminosas. (SOUZA, 2014, p. 31).

Esta análise reflete o que a própria CPI da Câmara dos Deputados havia investigado, na relação entre o tráfico de drogas e os atos de violência, sobretudo assassinatos, o que os meios de comunicação paraibanos trataram de evidenciar no município de Santa Rita, sobretudo o bairro Alto das Populares, comparando-o frequentemente de forma sensacionalista com a “Baixada Fluminense da Paraíba”, o que se caracteriza numa dupla discriminação: do Alto das Populares em Santa Rita e da Baixada Fluminense no Rio de Janeiro¹².

O Alto das Populares, também chamado Bairro Popular ou simplesmente Alto, é formado por uma série de pequenos e médios bairros, loteamentos e conjuntos habitacionais que foram criados principalmente a partir dos anos 1960. É neste espaço – formado pelos bairros do Açude e da Santa Cruz (antes, Viração), os conjuntos Nova Esperança, Mutirão, Tibiri I e Paulo VI e os loteamentos Jardim Planalto e Telêmaco Santiago – que atuavam dezesseis das vinte e seis Comunidades da Paróquia de Santa Rita, grande parte dos protagonistas do Grito dos Excluídos, desde a preparação à execução e avaliação.

Figuras 26 e 27 – Grupos de jovens do Alto das Populares, à frente do 3º Grito, em 2004.



Fonte: Arquivo pessoal do padre Josenildo Francisco de Lima

Na mesma prática dos anos anteriores, a equipe de animação do Grito em 2004 elaborou paródias trazendo os assuntos desenvolvidos nos blocos temáticos, sendo a principal

¹² Sobre a relação entre a história do município de Santa Rita, sobretudo do Alto das Populares, com o tráfico de drogas, a violência e o tratamento dado pela mídia paraibana, cf. LIMA, Valdir. *Notícias da cidade: Do rótulo à violação dos direitos humanos (1989-2000)*. João Pessoa: UFPB, 2002.

delas uma adaptação de uma marchinha de carnaval de 1930, intitulada “Pra você gostar de mim”, popularmente conhecida como “Tá-Hi”, de Joubert de Carvalho, tendo sua letra adaptada para: “Taí,/ em Santa Rita a violência é o fim/ a droga aqui não é só coisa de ladrão/ por que se têm/ por que se têm jogo político e omissão”.

A abordagem desta realidade por parte da Paróquia de Santa Rita advinha desde a realização de sua Assembleia Paroquial, em 2002. Tal Assembleia foi organizada em três etapas, sendo que, na primeira, em 09 de setembro de 2001, reuniram-se os representantes delegados por cada uma das Comunidades, sendo divididos em três grupos de trabalho, foram eles: Igreja no Mundo; Igreja em Missão; e Administração Paroquial. Em seguida, cada equipe procurou desenvolver pesquisas e análises das temáticas relacionadas ao seu eixo de trabalho, formando um relatório que foi apresentado na segunda sessão da Assembleia, nos dias 03 e 04 de novembro de 2001. Nesta sessão, os delegados puderam conhecer e discutir estes relatórios que, em seguida, foram enviados para análise das bases das Comunidades, Pastorais e Movimentos, dando início a segunda etapa, da qual advieram quantidade significativa de propostas para a etapa final. A última etapa foi realizada nos dias 19 e 20 de abril de 2002, na terceira sessão da Assembleia, onde foram examinadas e votadas as propostas vindas das bases e aprovadas as prioritárias, elegendo ainda os Conselhos Paroquiais de Pastoral e de Economia e a reorganização das Áreas Paroquiais. No processo desta Assembleia, a Paróquia havia se questionado sobre seu lugar social e sua atuação neste, sobretudo através do trabalho das equipes Igreja no Mundo e Igreja em Missão, com evidência para o Alto das Populares, perguntando-se:

[...] Vamos fazer “vistas grossas” como fazem os políticos, que só aparecem em nossos bairros em tempos de eleições? Vamos anunciar o evangelho, indiferentes à realidade em que vivemos, como fazem hoje muitos cristãos? (PARÓQUIA DE SANTA RITA, 2002, p. 04).

Esta visão crítica repercutiu na escolha dos assuntos tratados nos seis blocos temáticos do Grito em 2004, sendo eles:

- a) drogas e violência: assumido pela juventude, organizada por meio do Conselho Paroquial de Juventude (CPJ) e os grupos de jovens das Comunidades, trouxe à tona as denúncias de que a juventude é o alvo principal do tráfico de drogas e da violência;
- b) a violência dos poderes públicos e da corrupção eleitoral: assumido pelas Comunidades das Áreas Paroquiais de Pastoral Dom Oscar Romero¹³ e João XXIII¹⁴,

¹³ Integrada pelas Comunidades São José, Santa Clara, Nossa Senhora da Paz e São Benedito, todas do Bairro do Açude.

denunciando a corrupção eleitoral e o abuso das autoridades, bem como as ausências da dragagem do Rio Preto, do saneamento básico, da infraestrutura das ruas e iluminação pública, da preservação do Açude e Rio Tibirizinho, da conservação do patrimônio público como a Praça Getúlio Vargas e o Ginásio de Esportes, da saúde pública de qualidade e da construção de casas populares para as famílias que ocupavam a Escola Municipal José Mariz;

Figuras 28 e 29 – Integrantes das Comunidades participam do 3º Grito, em 2004.



Fonte: Arquivo pessoal do padre Josenildo Francisco de Lima

c) A violência contra o trabalhador: organizado pelos sindicatos das seguintes categorias: trabalhadores nas indústrias de calçados, da construção civil e dos funcionários públicos municipais; Juntamente com as Comunidades da zona rural e os trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra do Acampamento Nego Fuba, do MST; Reivindicando a geração de empregos, o cumprimento dos direitos trabalhistas e a atenção devida à saúde ocupacional;

d) A violência contra o idoso: preparado pelas Comunidades da Paróquia São Pedro e São Paulo, dos bairros Tibiri II e Marcos Moura, reivindicando atenção especial aos direitos das pessoas idosas, amplamente pautados no ano anterior, devido à Campanha da Fraternidade 2003 e a negação ao direito dos idosos ao transporte gratuito;

e) A violência contra a mulher: com os movimentos e grupos de mulheres, Associação Flor Mulher e Pastoral da Mulher Marginalizada, denunciando principalmente a violência doméstica e familiar e o machismo;

f) Esperança de uma Santa Rita sem males: assumido pelas Comunidades das Áreas Paroquiais de Pastoral Margarida Maria Alves¹⁵ e Santa Cruz¹⁶.

¹⁴ Integrada pelas Comunidades Imaculado Coração de Maria, Nossa Senhora das Graças e São João Batista, todas do Bairro Alto das Populares.

¹⁵ Integrada pelas Comunidades Nossa Senhora Aparecida (Conjunto Paulo VI), Sagrado Coração de Jesus, (Conjunto Tibiri I), Nossa Senhora de Fátima (Conjunto Mutirão) e Virgem Mãe dos Pobres (Loteamento Jardim Planalto).

Nesta organização, percebe-se a ampliação na divisão dos blocos e na participação das entidades, garantindo uma abordagem maior, em continuidade às edições de 2002 e 2003. A manifestação de 2004 trouxe uma novidade ao Grito dos Excluídos em Santa Rita, que foi a organização de um bloco específico para falar das conquistas e esperanças populares, simbolicamente representadas por três coisas: os estandartes das Comunidades contendo as figuras dos padroeiros das mesmas, as crianças e bandeiras do Brasil substituindo a frase “Ordem e Progresso” por palavras-chave como Justiça, Liberdade, Vida, etc.

Figuras 30 e 31 – Crianças participando da manifestação do 3º Grito dos Excluídos, em 2004.



Fonte: Arquivo pessoal do padre Josenildo Francisco de Lima

Na edição do Grito de 2004, destaca-se a presença do bispo da Diocese de Paulo Afonso-BA, Dom Esmeraldo Barreto de Farias, em visita à Paróquia, junto com os seminaristas daquela Diocese, que desempenhavam um trabalho pastoral nas Comunidades da Paróquia de Santa Rita, nos finais de semana, intercalando com os estudos no Seminário da Arquidiocese da Paraíba. A presença ativa de um bispo nas manifestações populares, para o povo, era algo comum, devido à tradição de Dom José Maria Pires e Dom Marcelo Pinto Carvalheira participarem das Romarias da Terra, das manifestações dos camponeses, do Grito dos Excluídos, etc.. Tal tradição foi rompida em 2005, por Dom Aldo di Cillo Pagotto, no ano seguinte à sua chegada à Arquidiocese¹⁶, no ano de 2004, inclusive chegando a emitir uma Nota de apoio a um dos proprietários de terra cujo imóvel era questionado para fins de reforma agrária por dezenas de famílias de trabalhadores rurais acompanhados pela Comissão Pastoral da Terra.

¹⁶ Integrada pelas Comunidades Nossa Senhora do Rosário, Cristo Rei e Santo Antônio, todas do Bairro Santa Cruz, e Nossa Senhora da Conceição, do Conjunto Nova Esperança.

¹⁷ Sobre o retrocesso do engajamento social e político da Arquidiocese da Paraíba e a atuação de Dom Aldo Pagotto, cf: <http://www.alainet.org/es/node/120140>

Um dos casos mais emblemáticos da presença de bispos em manifestações populares foi o ocorrido em janeiro de 1980, em Alagamar¹⁸, grande área rural de cerca de 13.000 hectares, localizada entre os municípios de Itabaiana e Salgado de São Félix, no agreste da Paraíba. Na ocasião, os bispos Dom José Maria Pires (Arquidiocese da Paraíba), Dom Helder Câmara (Arquidiocese de Olinda e Recife), Dom Manuel Pereira da Costa (Diocese de Campina Grande) e Dom Francisco Austregésilo de Mesquita Filho (Diocese de Afogados da Ingazeira) entraram, com manivas de mandioca em mãos, na área cercada pela polícia e tangeram o gado que o proprietário havia colocado para comer a plantação dos posseiros.

Figura 32 – Bispos retiram gado que comia a plantação dos posseiros em Alagamar, em 1980.



Fonte: PEREIRA (2012) apud Arquivo Eclesiástico da Paraíba
Disponível em http://www.cchla.ufpb.br/ppgh/2012_mest_vanderlan_pereira.pdf

Como se percebe, no decorrer dos anos das três primeiras edições da manifestação do Grito em Santa Rita, a organização e a metodologia se repetem em alguns dos principais elementos, como o trajeto inicial, a organização em blocos temáticos, a utilização da arte de protesto em especial com paródias e teatro, a preparação nas Comunidades das Paróquias, a presença dos padres e a participação massiva. Porém, alguns elementos, também essenciais, caracterizam cada edição da manifestação, como a atenção à conjuntura nacional (Governo FHC, Campanha e Plebiscito sobre a ALCA, eleição de Lula, o Governo Lula, etc.), a abordagem da situação municipal de forma geral (a corrupção eleitoral, o tráfico de drogas, a violência, as eleições municipais, etc.) e de modo específico (a passagem gratuita dos idosos, o abandono do Ginásio de Esportes, a necessidade de dragagem do Rio Preto, etc.). O Grito,

¹⁸ Sobre a luta dos camponeses e camponesas de Alagamar e o apoio e participação exercidos pela Arquidiocese da Paraíba e Dom José Maria Pires, cf: PIRES, Dom José Maria. *Do Centro para a Margem*. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 1980; PEREIRA, Vanderlan Paulo de Oliveira. *Em Nome de Deus, dos Pobres e da Libertação: ação pastoral e política em Dom José Maria Pires, de 1966 a 1980*. Dissertação de Mestrado. João Pessoa: UFPB, 2012; NEVES, Gildivan Francisco das. *História e memória da luta do povo de Alagamar: experiências de vida e construção de práticas educativas em diálogo com a educação popular*. Dissertação de Mestrado. João Pessoa: UFPB, 2014.

portanto, através desses elementos, acontecia como um momento clímax da atuação realizada ao longo do ano pelas Paróquias e outras entidades, numa força simbólica e política de congregar uma gama de lutas específicas numa única manifestação.

5.3 O processo de avaliação

A avaliação do Grito dos Excluídos acontecia de diferentes modalidades, no próprio dia da manifestação em ato público de encerramento, em conversas informais entre os participantes nos dias seguintes, em reunião dos organizadores especificamente para avaliação e no ano decorrente nas reuniões de preparação da nova edição do Grito. Estas avaliações não foram sistematizadas e aconteciam amplamente de forma oral, e os únicos registros que se tem conhecimento, deixados à época, são os breves escritos do padre Josenildo no Livro de Tombo da Paróquia.

Os registros verificados no Livro de Tombo sempre avaliam a manifestação de forma positiva com a utilização de termos como: “Foi um verdadeiro sucesso (...)” (LIMA; PARÓQUIA DE SANTA RITA, 2002, p. 14); “A caminhada foi aplaudida e elogiada pelos que estavam de fora, e todos compreenderam a sua finalidade (...)” (ibid., 2002, p. 15); “Na avaliação de todos o II Grito dos Excluídos foi um grande sucesso (...)” (ibid., 2003, p. 29); e “(...) largamente aplaudido pela multidão que se aglomerava nas calçadas para os desfiles em honra à pátria.” (ibid., 2004).

A ausência de materiais sistematizados de avaliação, ou mesmo de registro da realização do Grito em Santa Rita, prejudica a percepção das gerações atuais e futuras que, mesmo não estando presentes à época, se interessem pelo estudo deste tipo de mobilização social na sociedade santa-ritense. Isso pode ser constatado devido ao processo histórico, pois, mesmo que sejam realizadas entrevistas aos organizadores e demais participantes, suas avaliações normalmente serão diferenciadas das que possivelmente estes mesmos fizeram no período abordado na pesquisa (2002 a 2004) durante a realização do Grito. Isso se deve a diversos fatores diretos e indiretos, dos quais se destacam: as mudanças em nível pastoral social e político, com as alterações na administração da Arquidiocese, da Paróquia e dos Governos Estadual e Municipal; a saída oficial da Arquidiocese da Paraíba do Grito dos Excluídos em 2005; a alternância de inúmeras lideranças das Comunidades e grupos da Paróquia; a não mais realização do Grito em Santa Rita, sendo promovido sem interrupção até o ano de 2011; dentre outras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a publicação deste trabalho, registra-se a importante experiência vivenciada por uma gama de lideranças locais de Santa Rita-PB em torno da promoção do Grito dos Excluídos em seu município. A pesquisa verificou a importância sócio política da manifestação nos anos de 2002, 2003 e 2004, alcançando a identificação das motivações para a realização destes atos públicos e seus autores. A análise das metodologias utilizadas ao longo do processo de preparação, execução e avaliação do Grito em Santa Rita reflete a importância desta mobilização social e o seu impacto político na sociedade santa-ritense.

Os resultados da pesquisa revelam o protagonismo quase que exclusivo exercido pela Igreja Católica, através de seus agentes pastorais, na realização do Grito em Santa Rita, o que possibilitou uma participação relevante na quantidade de participantes e na abordagem das temáticas das lutas populares. A prática social e política da Arquidiocese da Paraíba e da Paróquia de Santa Rita, envolvendo centenas de lideranças populares e suas Comunidades, possibilitou historicamente a realização deste tipo de manifestação pública em Santa Rita.

Ao longo do desenvolvimento da pesquisa, algumas dificuldades surgiram em torno da vasta possibilidade de abordagem temática e a carência de fontes primárias, pois, embora a Secretaria da Paróquia de Santa Rita tenha disponibilizado o Livro de Tombo para a pesquisa e o padre Josenildo seu arquivo fotográfico, um importante material não foi localizado. Este material é o Livro de Atas da Reunião dos Animadores e Animadoras das Comunidades, onde o Grito e a participação da Igreja nas lutas populares eram abordados de forma mais enfática e direta, registrando a preparação e a avaliação.

Por fim, embora a pesquisa tenha abordado um amplo leque da prática social e política desenvolvida pelo Grito dos Excluídos em Santa Rita, através da Igreja e das lutas populares, permanece a necessidade e o convite à comunidade historiográfica e santa-ritense para o interesse na pesquisa e na escrita da parte da História sistematizada neste trabalho.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Padre Virgílio. **O sagrado e a fé na Arquidiocese da Paraíba**, João Pessoa: Gráfica JB, 2013.

ALTMANN, Werner. **A América Latina no Limiar do Ano 2000**: Ainda a Questão do Colonialismo. In: DAYREL, Eliane Garcindo; IOKOI, Zilda Marcia Gricoli (Coord.). **América latina contemporânea**: desafios e perspectivas, Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1996. pp. 161-174.

ANDRADE, Durval Ângelo. **Política, religião e transformação social**. in: SOTER, Sociedade de Teologia e Ciências da Religião, **Religião e transformação social no Brasil hoje**, São Paulo: Paulinas, 2007. pp. 115-128.

ARQUIDIOCESE DA PARAÍBA. **Caminhando Juntos**: Informativo da Arquidiocese da Paraíba, Ano VI, Nº 63, agosto de 2000.

_____. **Caminhando Juntos**: Informativo da Arquidiocese da Paraíba, Ano V, Nº 53, outubro de 1999.

_____. **Na Força do Espírito, a Caminho de um Novo Tempo**: Decisões da Assembleia da Arquidiocese da Paraíba, Novembro de 1999.

_____. **7ª Romaria da Terra**: Terra e Água: Caminho e esperança dos famintos. A cana nos tirou: Terra, casa e pão. Do Ginásio de Esportes Tibiri I – Santa Rita-PB à Fazenda Engenho Novo – Cruz do Espírito Santo-PB, 07 e 08 de outubro de 2004.

_____. **16ª Romaria da Terra**: Terra e Água: Fontes de Vida. Fonte de Vida não pode ser destruída. De Cruz do Espírito Santo à Santa Rita, 23 e 24 de outubro de 2004.

BARROS, Roberto Della Santa. **Lutas sociais, neoliberalismo e limites democráticos no Brasil**: Gênese, formação e perspectiva da Campanha (Inter) Nacional contra a ALCA (1998-2003). Araraquara, UNESP: 2007. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp042846.pdf>> Acesso em: 05 maio 2015.

BOBBIO, Norberto. **O conceito de sociedade civil**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982. Disponível em:

<http://www.bresserpereira.org.br/Terceiros/Cursos/09.Bobbio,Noberto.O_Conceito_de_Sociedade_Civil.pdf> Acesso em: 26 maio 2015.

CABRAL, Augusto Antonio Campelo & SÁ, Alcindo José de. **Os movimentos sociais urbanos e suas manifestações concretas no Brasil e no Recife: síntese retrospectiva**. Revista de Geografia, Recife: UFPE – DCG/NAPA, v. 26, n. 3, set/dez. 2009. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/revistageografia/index.php/revista/article/view/213>> Acesso em: 28 março 2015.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito do Extermínio no Nordeste**, Brasília, novembro de 2005. Disponível em <www.camara.gov.br/internet/comissao/index/cpi/Rel_Fin_CPIEXTERMINIO_doc.doc> Acesso em: 10 novembro 2014.

CAMPANHA NACIONAL CONTRA A ALCA. **Para entender a ALCA**, São Paulo: Edições Loyola, 2002.

_____. **Vida sim! ALCA não!**, São Paulo: Edições Loyola, 2002.

CASALDÁLIGA, Pedro; VIGIL, José Maria. **Espiritualidade da Libertação**. Série III: A Libertação na História. Coleção Teologia e Libertação, Petrópolis: Vozes, 1993.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA VERGUEIRO. **Soberania Sim ALCA Não**. Disponível em <<http://www.cpvsp.org.br/upload/cartazes/pdf/CAECOB2002024.pdf>> Acesso em: 12 julho 2014.

CHAGAS, Thiago. **Conceito gramsciano de sociedade civil: usos e abusos na educação**. Campinas: UNICAMP, 2015. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/cemarx/ANAIIS%20IV%20COLOQUIO/paineis/GT5/gt5p6.pdf>> Acesso em: 09 junho 2015.

COMBLIN, José. **Pastoral Urbana: O dinamismo na evangelização**, Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. **Curso Básico para animadores de comunidades de base**. São Paulo: Edições Paulinas, 1987.

COMISSÃO BRASILEIRA JUSTIÇA E PAZ & CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Vamos acabar com a corrupção eleitoral** – Roteiro para fiscalizar a aplicação da Lei 9840, São Paulo: Paulinas, 2000.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **4ª Semana Social Brasileira: Orientações metodológicas**, Brasília: 2004.

_____. **Eras Tu, Senhor?!**: Texto-Base, São Paulo: Editora Salesiana Dom Bosco, 1994.

_____. **Vida, dignidade e esperança: fraternidade e pessoas idosas**. São Paulo: Editora Salesiana Dom Bosco, 2003

COORDENAÇÃO NACIONAL GRITO DOS EXCLUÍDOS & VIEIRA, Margarete (org.). **Grito dos Excluídos: 10 anos de luta**, São Paulo: Expressão Popular, 2004.

DOIMO, Ana Maria. **Movimento social urbano, Igreja e participação popular**. Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP, 1983. Disponível em:
<http://www.dhnet.org.br/educar/cebs/tese_doimo_mov_social_urbano_igreja_popular.pdf>
Acesso em: 21 maio 2015.

DHNET. **Documento-Base**. Disponível em
<http://dhnet.org.br/denunciar/9840/doc_base.html> Acesso em 14 novembro 2014.

FÉLIX, Gisele de Souza. **Bayeux/PB: uma “cidade dormitório”**, analisada a partir do processo de migração pendular. João Pessoa: UFPB, 2014. Disponível em:
<<http://rei.biblioteca.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/658/1/GSF06082014.pdf>> Acesso em: 29 maio 2015.

FRATERNIDADE VIVA. **Campanha da Fraternidade 2003**. Disponível em
<<http://fraternidadeviva.blogspot.com.br/2012/02/campanha-da-fraternidade-2003.html>>
Acesso em 07 novembro 2014.

GADOTTI, Moacir; TORRES, Carlos Alberto. **Estado e educação popular na América Latina**. Campinas: Papirus, 1992. (Série Educação Internacional do IPF). In: NÉSPOLI, José Henrique Singolani. **Paulo Freire e Educação Popular no Brasil contemporâneo: Programa MOVA-SP (1989-1992)**. Revista de Educação Popular, v. 12, n. 1, p. 31-40, jan./jun., Uberlândia: 2013. Disponível em
<<http://www.seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/viewFile/20327/12509>> Acesso em 06 maio 2015.

GRANDE, Amauri Miguel. **Transporte: Direito do cidadão, dever do Estado? O transporte coletivo por ônibus em Campinas/SP - 1980/1990.** Dissertação de Mestrado. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1994. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/5166/1199400701.pdf?sequence=1>> Acesso em: 30 maio 2015.

GRITO DOS EXCLUÍDOS. **Cartaz 2002: Soberania não se negocia.** Disponível em: <http://www.gritodosexcluidos.org/cartazes/cartaz_2002/> Acesso em: 29 outubro 2014.

_____. **Cartaz 2003: Tirem as mãos... o Brasil é nosso chão.** Disponível em: <http://www.gritodosexcluidos.org/cartazes/cartaz_2003/> Acesso em: 29 outubro 2014.

_____. **Cartaz 2004: Mudança pra valer o povo faz acontecer.** Disponível em: <http://www.gritodosexcluidos.org/cartazes/cartaz_2004/> Acesso em: 29 outubro 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, **Censos Demográficos 1980, 1991, 2000 e 2010.** Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>. Acesso em 29 maio 2015.

LIMA, Pe. Josenildo Francisco de. in: PARÓQUIA DE SANTA RITA, **Livro de Tombo Nº 03**, Santa Rita, 2003.

LIMA, Valdir. **Notícias da cidade: Do rótulo à violação dos direitos humanos (1989-2000)**, João Pessoa: UFPB, 2002.

MONASTA, Attilio. **Antônio Gramsci.** Tradução de Paolo Nosella. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2010. Disponível em <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4660.pdf>> Acesso em 01 junho 2015.

NEVES, Gildivan Francisco das. **História e memória da luta do povo de Alagamar: experiências de vida e construção de práticas educativas em diálogo com a educação popular.** Dissertação de Mestrado. João Pessoa: UFPB, 2014. Disponível em <<http://tede.biblioteca.ufpb.br/bitstream/tede/4855/1/arquivototal.pdf>> Acesso em 06 maio 2015.

OLIVEIRA, Rosangela Silva; BITTENCOURT JUNIOR, Nilton Ferreira. **A fotografia como fonte de pesquisa em História da educação: usos, dimensão visual e material, níveis e técnicas de análise.** 2013. Disponível em <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/03-%20FONTES%20E%20METODOS%20EM%20HISTORIA%20DA%20EDUCACAO/A%20FOTOGRAFIA%20COMO%20FONTE%20DE%20PESQUISA%20EM%20HISTORIA%20DA%20EDUCACAO.pdf>> Acesso em 09 junho 2015.

PARAÍBA. Lei Complementar nº. 59, de 30 de dezembro de 2003. Cria a Região Metropolitana de João Pessoa, o Fundo de Desenvolvimento Metropolitano e dá outras providências. In: Polícia Militar da Paraíba. **Legislação**. Paraíba, 2003. Disponível em: <http://www.pm.pb.gov.br/arquivos/legislacao/Leis_Ordinarias/2003_Cria%20a%20Regi%C3%A3o%20Metropolitana%20de%20Jo%C3%A3o%20Pessoa.pdf> Acesso em: 29 maio 2015.

PARÓQUIA DE SANTA RITA. **Evangelizar**: Decisões da Assembleia Paroquial, Santa Rita: SEDIC, 2002.

P@RTES. **O idoso é o centro das atenções da CNBB**. Disponível em <<http://www.partes.com.br/ed31/terceiridade.asp>> Acesso em: 29 outubro 2014.

PEREIRA, Vanderlan Paulo de Oliveira. **Em Nome de Deus, dos Pobres e da Libertação**: ação pastoral e política em Dom José Maria Pires, de 1966 a 1980. Dissertação de Mestrado. João Pessoa: UFPB, 2012. Disponível em <http://www.cchla.ufpb.br/ppgh/2012_mest_vanderlan_pereira.pdf> Acesso em: 04 julho 2014.

PIRES, Dom José Maria. **Do Centro para a Margem**. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 1980.

RAFAEL, Renata de Araújo; ARANHA, Thaís Regina Benevides Trigueiro; MENESES, Leonardo Figueiredo de; SARAIVA, Alzira Gabrielle Soares. **Caracterização da evolução urbana do município de João Pessoa/PB entre os anos de 1990 e 2006, com base em imagens orbitais de média resolução**. Anais XIV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Natal, Brasil, 25-30 abril 2009, INPE, p. 819-826. Disponível em: <<http://marte.sid.inpe.br/col/dpi.inpe.br/sbsr@80/2008/11.18.00.12/doc/819-826.pdf>> Acesso em: 29 maio 2015.

REDE DE EDUCAÇÃO MARCELINAS BRASIL. **Campanha da Fraternidade 1995**. Disponível em <http://www.marcelinas.com.br/UserFiles/belo_horizonte/cf95.jpeg> Acesso em: 29 outubro 2014.

RIBEIRO, Lúcia. **Nos meandros da caminhada**: A questão de gênero nas Comunidades Eclesiais de Base – CEBs. Rio de Janeiro: ISER Assessoria, 2003. Disponível em: <<http://www.iserassessoria.org.br/novo/arqupload/117.DOC>> Acesso em: 30 maio 2015.

SANTOS, Jordana Souza. **Gramsci e o papel dos intelectuais nos movimentos sociais**. Revista Espaço Acadêmico, Nº 102, Novembro de 2009, Ano IX. Disponível em <<http://eduem.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/7128/4819>> Acesso em 01 junho 2015.

SETOR PASTORAL SOCIAL – CNBB. **O Grito dos Excluídos**, Petrópolis: Vozes, 1996.

SILVA JÚNIOR, Carlos Augusto da. **Fundação Dom José Maria Pires: uma experiência de Educação Popular - Serra Redonda - PB 2014.** Dissertação de Mestrado. João Pessoa: UFPB, 2014. Disponível em: <http://bdtd.biblioteca.ufpb.br/tde_arquivos/12/TDE-2015-02-02T110927Z-3646/Publico/arquivototal.pdf> Acesso em: 07 maio 2015.

SILVA, Nivaldo Correia da. **Hegemonia, Estado e Sociedade em Gramsci.** Revista Saber Acadêmico, Nº 12: junho/2011. Disponível em <<http://www.uniesp.edu.br/revista/revista12/pdf/artigos/07.pdf>> Acesso em 01 junho 2015.

SOUZA, Ivanoelson Alves de. **Violência Urbana: Considerações sobre homicídios relacionados ao tráfico de drogas no bairro Santa Cruz em Santa Rita-PB (2012).** João Pessoa: UFPB, 2014. Disponível em <<http://rei.biblioteca.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/808/1/IAS02102014.pdf>> Acesso em: 10 novembro 2014.

SOUZA, Maria das Graças Frazão de. in: PARÓQUIA DE SANTA RITA, **Conselho Pastoral Paroquial**, Livro Nº 01.

TEIXEIRA, Faustino. **Comunidades Eclesiais de Base no Brasil.** Rio de Janeiro: ISER Assessoria, 2005. Disponível em: <<http://www.iserassessoria.org.br/novo/arqsupload/89.DOC>> Acesso em: 30 maio 2015.

UNIÃO DOS LAVRADORES E TRABALHADORES AGRÍCOLAS DO BRASIL. **Terra Livre: A terra para os que nela trabalham.** Ano X, Nº 100, junho de 1961, p. 08. Disponível em: <<http://docvirt.no-ip.com/docreader.net/cache/3484809648654/I0005175-6Alt=000894Lar=001290LargOri=006877AltOri=004767.JPG>> Acesso em: 10 novembro 2014.